



**CAIXA DE CRÉDITO DA CHAMUSCA**  
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Chamusca, CRL

# Relatório e Contas 2015





## ÍNDICE

	<i>Pág.</i>
<b>CONVOCATÓRIA DE ASSEMBLEIA GERAL.....</b>	<b>3</b>
<b>RELATÓRIO DE ESTRUTURA SOCIETÁRIA.....</b>	<b>4</b>
<b>RELATÓRIO DE GESTÃO REFERENTE A 2015.....</b>	<b>7</b>
1. INTRODUÇÃO .....	7
2. QUADRO DE INDICADORES.....	8
3. ANÁLISE FINANCEIRA .....	10
3.1. <i>Estrutura Patrimonial</i> .....	10
3.1.1. Crédito Concedido .....	10
3.1.2. Crédito em mora.....	11
3.1.3. Activos Tangíveis e Intangíveis .....	12
3.1.4. Estrutura dos Depósitos .....	12
3.1.5. Situação Líquida .....	12
3.2. <i>Análise dos Resultados</i> .....	13
3.2.1. Rendibilidade.....	13
3.2.2. Margem Financeira.....	13
3.2.3. Produto Bancário .....	14
3.2.4. Custos Administrativos .....	15
4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	16
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>17</b>
1. BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 .....	18
2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015.....	19
3. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015.....	20
4. DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015.....	21
5. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 .....	22
6. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2015 .....	23
<b>PARECER DO CONSELHO FISCAL .....</b>	<b>72</b>
<b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS 2015 .....</b>	<b>73</b>
<b>A N E X O 1 .....</b>	<b>76</b>
1. DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVA À POLITICA DE REMUNERAÇÕES E RELATORIO COM RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLITICAS DE REMUNERAÇÕES	76



## **CONVOCATÓRIA DE ASSEMBLEIA GERAL**

Em obediência aos Estatutos da C. C. A. M. da Chamusca, CRL, convoco a Assembleia Geral desta Caixa para reunir em Sessão ordinária, na sua Sede Social, sita na Rua Direita de São Pedro, nr.º 216, na Chamusca, (entrada pelo nr.º 6 da Travessa Barão de Cosme) pelas 15H00 horas do próximo dia 30 de Março de 2016, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

### **PONTO UM**

*Discussão e Votação do Relatório, Balanço e Contas de Administração, incluindo o Parecer do Conselho Fiscal (Exercício de 2015);*

### **PONTO DOIS**

*Apreciação e Votação da Proposta de Aplicação de Resultados;*

### **PONTO TRÊS**

*Apreciação e Votação da Declaração do Conselho de Administração relativa à Política de Remuneração dos Membros do Órgãos de Administração e Fiscalização e demais Dirigentes da CCAM da Chamusca;*

### **PONTO QUATRO**

*Apreciação do Relatório com os Resultados da Avaliação da Implementação das Políticas de Remunerações praticadas na CCAM da Chamusca;*

Não havendo número legal de Associados, para a Assembleia funcionar regularmente, fica desde já marcada a Segunda convocação para uma hora depois, funcionando então com qualquer número de Associados.

Chamusca, 08 de Março de 2016

*O Presidente da Assembleia Geral*

**Paulo Jorge Batista da Silva Leitão**



## **RELATÓRIO DE ESTRUTURA SOCIETÁRIA**

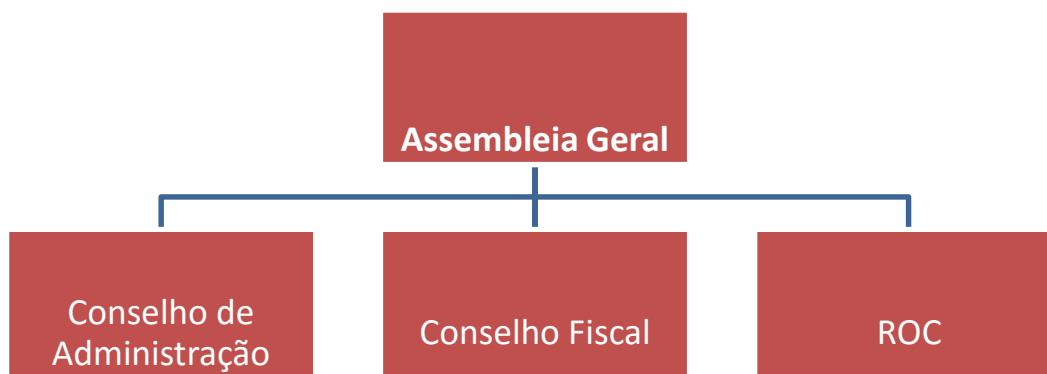
### **Estrutura e Prática de Governo Societário da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Chamusca no Exercício de 2015**

#### **1. Estrutura de Governo Societário**

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Chamusca, CRL adota o modelo de governação, previsto no nº 3 do artigo 278º do Código das Sociedades Comerciais, constituído pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

Os membros dos órgãos sociais e da Mesa da Assembleia Geral são eleitos pela Assembleia Geral, para um mandato de três anos.

#### **2. Organograma Geral da Caixa de Crédito Agrícola**



#### **3. Assembleia Geral**

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

##### **3.1. Composição da Mesa da Assembleia Geral**

Presidente: Paulo Jorge Batista da Silva Leitão

Vice-Presidente: Jorge Manuel De Salter Cid Gonçalves

Secretário: José Coimbra Castro Canelas



## 3.2. Competência da Assembleia Geral

É da competência da Assembleia Geral, além de deliberar em matéria da sua exclusiva competência nos termos legais, funcionar como instância de recurso em relação às deliberações tomadas pelo Conselho de Administração.

## 3.3. Reuniões da Assembleia Geral

A Assembleia Geral reúne ordinariamente duas vezes por ano, uma até 31 de Março para apreciação e votação do relatório de gestão e das contas do exercício anterior, e outra até 31 de Dezembro para apreciação e votação do Orçamento e Plano de Actividade para o exercício seguinte.

## 4. Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por um número ímpar de membros efectivos, no mínimo de três e de um suplente.

Actualmente o Conselho de Administração é composto por 5 membros efectivos e 1 suplente.

### 4.1. Composição do Conselho de Administração

#### **Efectivos:**

Presidente: Vasco Manuel Cid das Neves e Castro

Administrador: Joaquim José de La Guardia e Gouveia Coutinho

Administrador: Carlos Pinto Coelho Amaral Netto

Administrador: João Carlos Conceição Silva

Administrador: Susana Isabel Luz Gonçalves Costa

**Suplente:** António Ildefonso Monteiro Barreto

### 4.2. Competências do Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem os mais amplos poderes de administração, gestão e representação da caixa, que exerce em conformidade com a lei e os Estatutos, competindo-lhe, designadamente:

- Gerir e administrar todos os negócios sociais e efectuar as operações relativas ao objecto social;
- Representar a Caixa em juízo e fora dele, activa e passivamente;
- Adquirir, alienar ou por qualquer forma onerar bens ou direitos da Caixa



- Propor e fazer seguir quaisquer acções, confessar ou delas desistir, transigir e comprometer-se em arbitragem;
- Dar execução e fazer cumprir os preceitos legais e estatutários e as deliberações da Assembleia Geral.

### 4.3. Reuniões do Conselho de Administração

O Conselho de Administração reúne, por regra, uma vez por semana.

## 5. Órgãos de Fiscalização

A fiscalização da Caixa de Crédito Agrícola compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

As competências dos órgãos de fiscalização são as que decorrem da lei, competindo, ainda, ao Conselho Fiscal, de acordo com os Estatutos, emitir parecer sobre a proposta de plano de actividade e de orçamento.

### 5.1. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por três membros efectivos e, pelo menos, um suplente.

### 5.2. Composição do Conselho Fiscal

**Efectivos:**

Presidente: João Maria Guerra Tomaz

Secretário: Eduardo Manuel Jacinto Galvão

Vogal: Joaquim Miguel Vasconcelos Melo e Arriaga Tavares

Suplente: Rui Fernando Canas Igreja

### 5.3. Reuniões do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal reúne, por regra, uma vez por trimestre.

## 6. Composição do Revisor Oficial de Contas

**Efectivo:**

BDO & ASSOCIADOS – SROC

Representada pelo ROC: João Guilherme Melo de Oliveira

**Suplente:** António José Correia de Pina Fonseca



## **1. INTRODUÇÃO**

Ex.mos Senhores Associados,

Não foi ainda em 2015 que se sentiu a retoma económica que tantas vezes foi anunciada.

A crise que tem afetado a economia no geral, foi no particular sentida com enorme violência no sector bancário, como V. Exas. têm constatado.

A compressão das margens de intermediação, que se aproximam perigosamente do zero, os custos de contexto a que as entidades tutelares nos obrigam e a falta de confiança dos investidores, têm colocado as instituições de crédito, na sua generalidade, perante situações no mínimo complicadas.

Durante o exercício de 2015, realizaram-se Eleições dos Órgãos Sociais pelos motivos do conhecimento desta Ilustre Assembleia, tendo sido proposto a passagem de três para cinco o número de Administradores, sem aumento significativo de custos, por parecer que esta configuração melhor se adaptaria às necessidades presentes da instituição, dentro do previsto pelos nossos Estatutos.

A linha de atuação da anterior, como da atual Administração manteve-se – privilegiar a segurança dos capitais que nos são confiados.

Não se descurou, como nos parece imperativo, a formação de colaboradores, e a atualização informática a nível de hardware e de software, acompanhando as necessidades operacionais.

Já começa a ser fastidioso para V. Exas. ouvir as nossas queixas sobre o sistema judicial. Os atrasos de anos que nos levam a elevadíssimos custos e que por vezes parecem inverter a noção de justiça, traduzida em benefícios para os infratores.

Os resultados que Vos apresentamos advêm acima de tudo da política seguida por esta Caixa há anos a esta parte.

Não queremos deixar de propor um Voto de Louvor aos Membros dos restantes Órgãos Sociais, bem como aos Colaboradores que nos apoiaram neste exercício.

Mais propomos um Voto de Pesar pelos Associados falecidos.

A seguir encontrarão mapas que pensamos que poderão esclarecer V. Exas., bem como a nossa proposta de aplicação de resultados, esperando poderem merecer a aprovação desta Assembleia.

Chamusca, Março de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,



## 2. QUADRO DE INDICADORES

Descrição	2014	2015	Variação %
Activo Líquido	64.352.379	64.998.484	1,00%
Crédito a Clientes	15.867.225	18.000.698	13,45%
Crédito vencido	830.162	809.606	-2,48%
Provisão p/ Crédito cobrança duvidosa	257.880	278.002	7,80%
Provisão p/ Crédito vencido	741.224	718.081	-3,12%
Provisões para riscos gerais de crédito	493.050	385.775	-21,76%
Recursos de clientes	45.051.321	45.497.536	0,99%
Fundos Próprios	18.439.533	18.508.688	0,38%
Capital	10.653.803	10.658.834	0,05%
Resultado Líquido	8.545	61.196	616,20%
Cash-Flow	109.105	-131.031	-220,10%
Margem Financeira	1.407.816	1.169.209	-16,95%
Custos com pessoal	1.008.304	983.664	-2,44%
Gastos Gerais Administrativos	578.085	598.249	3,49%
Custos funcionamento = Custos c/ pessoal + GGA	1.586.389	1.581.913	-0,28%
Amortizações	64.741	57.086	-11,82%
Produto Bancário	1.686.645	1.457.151	-13,61%

Indicadores de Gestão	2014	2015	Limite mínimo exigido pelo BDP
<b>Rácio de capital</b>	<b>63,12%</b>	<b>45,27%</b>	<b>8%</b>
Fundos Próprios Totais	18.439.533	18.508.688	
Riscos Ponderados Totais	2.337.157	40.885.236	
<b>Rácio CET1 (a)</b>	<b>63,07%</b>	<b>45,35%</b>	<b>4,5%</b>
Fundos Próprios CET1 (Common Equity TIER 1)	18.425.834	18.542.263	
Riscos Ponderados Totais	2.337.157	40.885.236	
<b>Rácio T1</b>	<b>63,07%</b>	<b>45,35%</b>	<b>6%</b>
Fundos Próprios T1 (TIER 1)	18.425.834	18.542.263	
Riscos Ponderados Totais	2.337.157	40.885.236	
<b>Rácio Cobertura Liquidez</b>	<b>(não aplicável)</b>	<b>465%</b>	<b>60% (2015)</b>
<b>Rácio Alavancagem</b>	<b>28,42%</b>	<b>28,11%</b>	<b>3%</b>



# CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DA CHAMUSCA

	2014	2015
<b>Qualidade do Crédito</b>		
<b>Crédito vencido bruto + 90 dias / Crédito Total</b>	<b>4,68%</b>	<b>3,93%</b>
Créditos vencidos > 90 dias	742.563	707.680
Crédito total (Crédito vivo + Crédito vencido)	15.867.225	18.000.698
<b>Crédito com incumprimento / Crédito Total</b>	<b>6,77%</b>	<b>5,71%</b>
Créditos vencidos > 90 dias	742.563	707.680
Crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido	331.721	320.794
Crédito total (Instr. 22/2011 BP)	15.867.225	18.000.698
<b>Crédito em risco / Crédito total</b>	<b>8,89%</b>	<b>6,91%</b>
Crédito em risco	1.410.569	1.243.917
Crédito total (Instr. 22/2011 BP)	15.867.225	18.000.698
<b>Crédito vencido líquido / Crédito total líquido</b>	<b>0,60%</b>	<b>0,54%</b>
Crédito vivo líquido	14.628.926	16.727.871
Crédito vencido líquido	88.938	91.525
<b>Crédito com incumprimento líquido / Crédito total líquido</b>	<b>0,51%</b>	<b>0,19%</b>
Crédito com incumprimento líquido	75.180	32.391
Créditos vencidos > 90 dias	742.563	707.680
Crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido	331.721	320.794
Crédito total líquido (Instr. 22/2011 BP)	14.868.121	17.004.616
<b>Crédito em risco líquido / Crédito total líquido</b>	<b>2,77%</b>	<b>1,46%</b>
Crédito em risco líquido	411.465	247.834
Crédito total líquido (Instr. 22/2011 BP)	14.868.121	17.004.616
<b>Rátios de Eficiência</b>		
(Custos funcionamento + Amortizações) / Produto Bancário	97,89%	112,48%
Custos com pessoal / Produto Bancário	59,78%	67,51%
<b>Rátios de Produtividade</b>		
Activo	64.352.379	64.998.484
Nº de empregados	25	23
Activo / Empregado	2.574.095	2.826.021
Custos c/ Pessoal / Activo Líquido	1,57%	1,51%
Gastos Gerais Administrativos / Activo Líquido	0,90%	0,92%
Produto bancário / nº empregados	67.466	63.354
Comissões líquidas / Produto bancário	11,37%	14,15%
<b>Rácio de Rendibilidade</b>		
Rendibilidade do Activo	0,01%	0,09%
Rendibilidade dos Capitais Próprios	0,05%	0,33%
Produto Bancário / Activo	2,62%	2,24%
<b>Rácio de Transformação</b>		
<b>Rácio de transformação (Instr. 16/2004)</b>	<b>33,00%</b>	<b>37,37%</b>
Crédito total (14 + 15 + 3304 - 53880)	15.867.225	18.000.698
Provisões / Imparidade acumulada para crédito	999.104	996.083
Depósitos indexados à dívida pública	0	0
Depósitos clientes (400+ 5202)	45.051.321	45.497.536



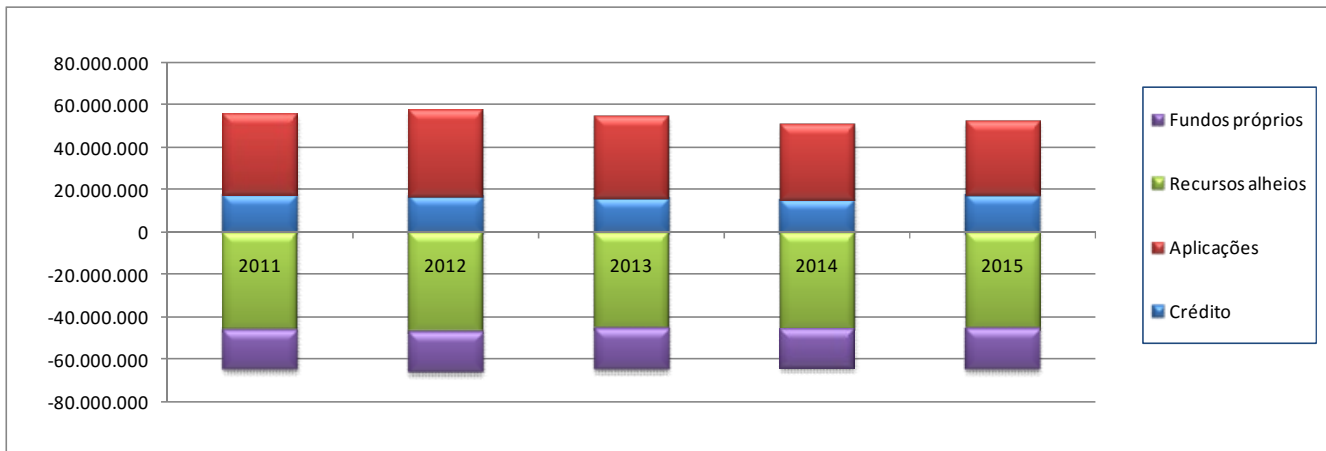
### 3. ANÁLISE FINANCEIRA

#### 3.1. Estrutura Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2015, o activo líquido da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Chamusca, CRL era de 64.998.484 €uros, registando uma diminuição de 1% relativamente ao ano anterior.

	2011	2012	2013	2014	2015
Crédito	17.778.252	17.171.193	16.223.360	15.867.225	18.000.698
Aplicações	37.766.289	40.698.277	38.686.433	35.672.483	34.954.278
Investimentos Detidos ate a Maturidade ( OT 2020 )	0	0	0	1.530.389	1.494.372
Recursos alheios	-45.817.010	-47.027.841	-45.562.174	-45.051.321	-45.497.536
Fundos próprios	-18.136.248	-18.388.999	-18.556.916	-18.439.533	-18.508.688
<b>CRÉDITO/ RECURSOS ALHEIOS</b>	<b>-39%</b>	<b>-37%</b>	<b>-36%</b>	<b>-35%</b>	<b>-40%</b>

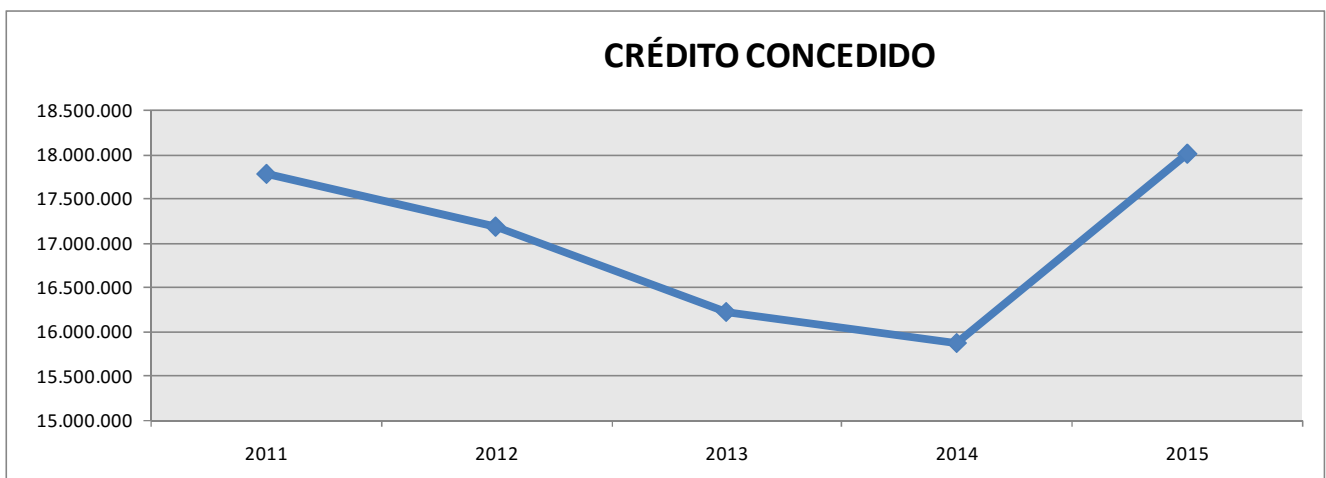
Gráfico 1 - Evolução da estrutura patrimonial



#### 3.1.1. Crédito Concedido

O crédito concedido em 31/12/2015 era de 18.000.698 €uros o que corresponde a a um aumento de 13,4%relativamente ao ano anterior. No gráfico seguinte apresenta-se uma evolução do saldo do Crédito concedido, no final de cada um dos exercícios anteriores:

Gráfico 2 - Evolução do Crédito Concedido



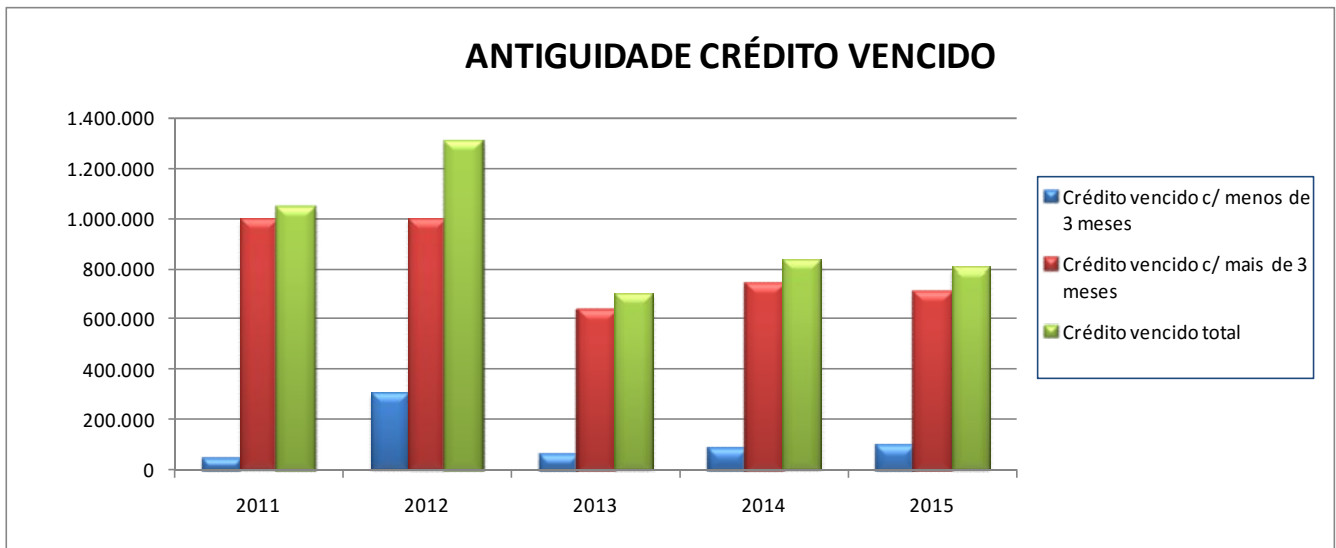


## 3.1.2. Crédito em mora

O crédito vencido total em 31/12/2015 era de 809.606 €uros, correspondente a 4,5% do total do crédito concedido. O crédito vencido estava coberto por provisões, em 123%.

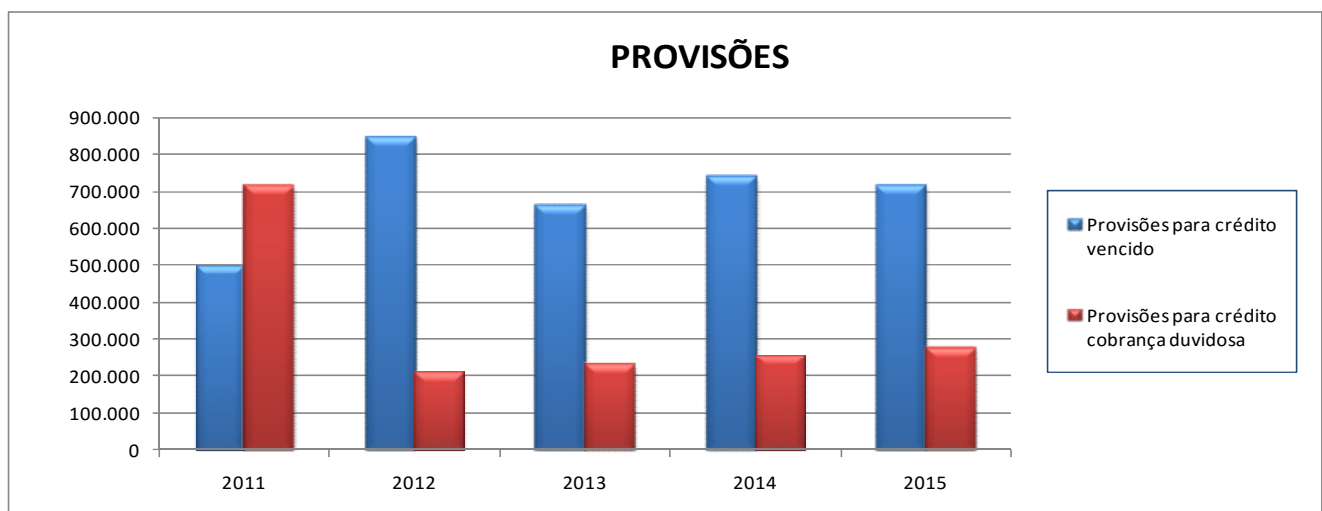
	2011	2012	2013	2014	2015
Crédito vencido c/ menos de 3 meses	48.309	307.680	66.236	87.599	101.926
Crédito vencido c/ mais de 3 meses	998.549	999.997	639.943	742.563	707.680
Crédito vencido total	1.046.859	1.307.677	706.179	830.162	809.606
Crédito total	17.778.252	17.171.193	16.223.360	15.867.225	18.000.698
Crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido	571.753	237.511	341.459	331.721	320.794
Crédito Vencido Total / Credito total	5,89%	7,62%	4,35%	5,23%	4,50%

Gráfico 3 – Antiguidade do Crédito Vencido



	2011	2012	2013	2014	2015
Provisões para crédito vencido	501.092	846.331	662.495	741.224	718.081
Provisões para crédito cobrança duvidosa	716.467	211.720	234.101	257.880	278.002
Crédito vencido	1.046.859	1.307.677	706.179	830.162	809.606
Taxa de cobertura	116%	81%	127%	120%	123%

Gráfico 4 – Provisões





### 3.1.3. Activos Tangíveis e Intangíveis

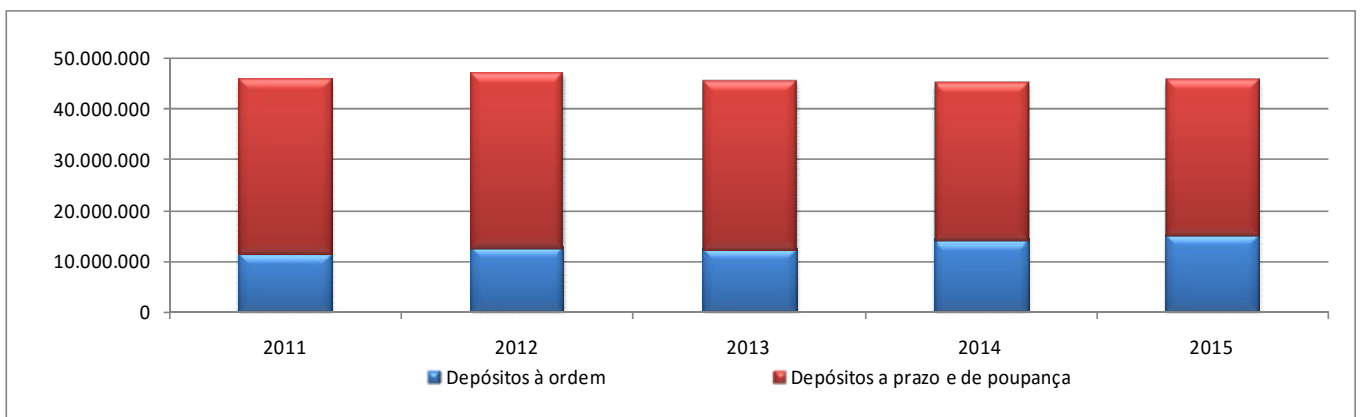
Foram investidos em 2015, 37.528 € em activos tangíveis e 14.760 € em activos intangíveis (software).

### 3.1.4. Estrutura dos Depósitos

O total de depósitos recebidos em 31/12/2015 era de 45.683.809 €; este valor traduz um aumento de 2% relativamente ao ano anterior.

	2011	2012	2013	2014	2015
Depósitos à ordem	11.685.307	12.821.300	12.682.879	14.073.002	15.049.458
Depósitos a prazo e de poupança	34.133.674	34.210.210	32.887.681	30.989.820	30.634.351
Depósitos Totais	45.818.981	47.031.510	45.570.559	45.062.823	45.683.809
Depósitos à Ordem / Depósitos Totais	26%	27%	28%	31%	33%

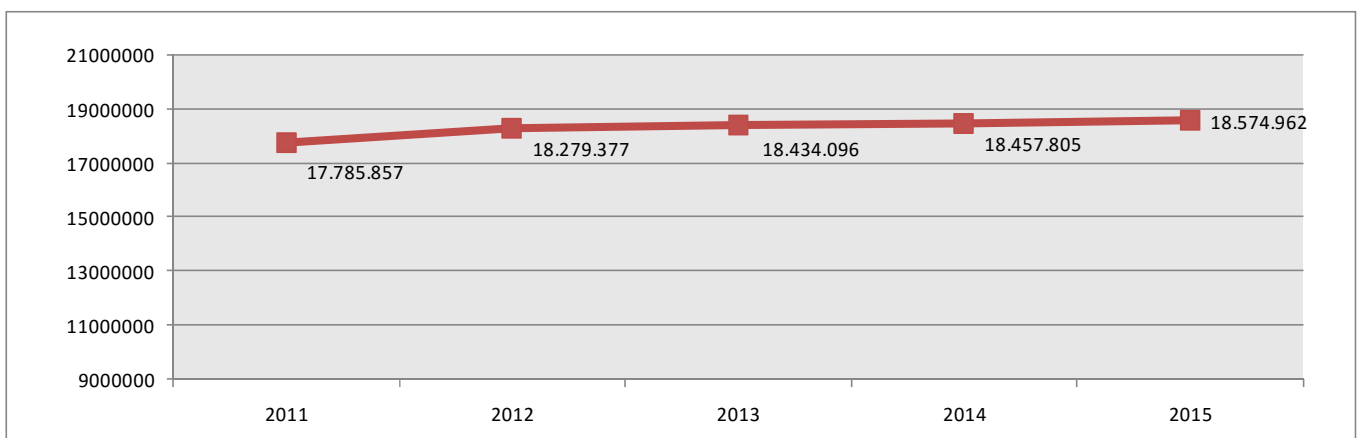
**Gráfico 5 – Detalhe dos Depósitos**



### 3.1.5. Situação Líquida

A situação líquida da CCAM totalizava 18.574.962 € a 31/12/2015. No gráfico seguinte apresenta-se a evolução desta rubrica nos últimos anos.

**Gráfico 6 - Evolução da Situação Líquida**





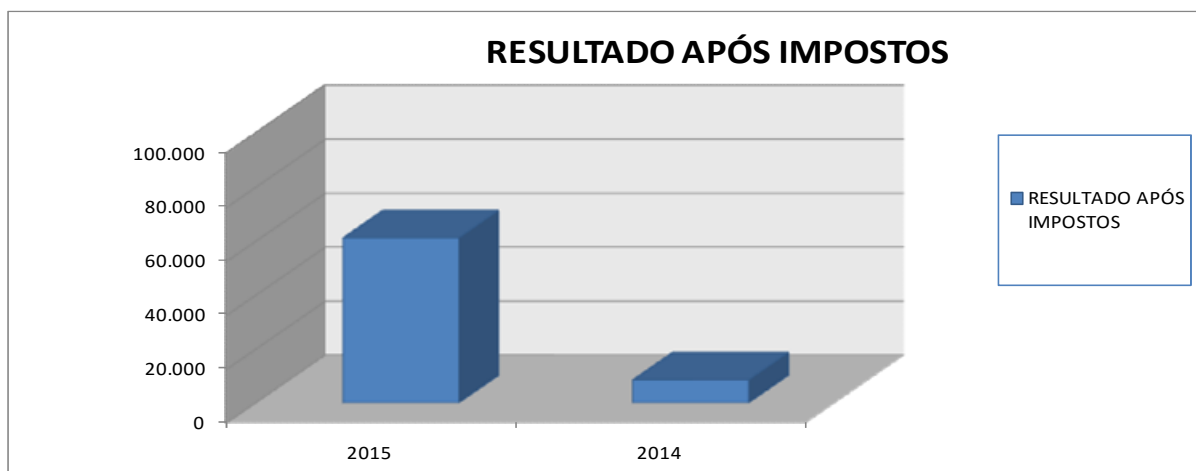
### 3.2. Análise dos Resultados

#### 3.2.1. Rendibilidade

	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Rentabilidade dos Capitais Próprios:</b>					
CF/CP	6,8%	3,0%	1,1%	0,6%	-0,7%
RL/CP	3,4%	2,7%	1,1%	0,1%	0,6%
<b>Rentabilidade do Activo Total:</b>					
CF/AT	1,9%	0,8%	0,3%	0,2%	-0,2%
RL/AT	0,9%	0,8%	0,3%	0,0%	0,1%

Os resultados obtidos no ano de 2015 de 61.196€, foram superiores em 52.651€ relativamente aos resultados obtidos no ano anterior, conforme se pode analisar pelo gráfico seguinte.

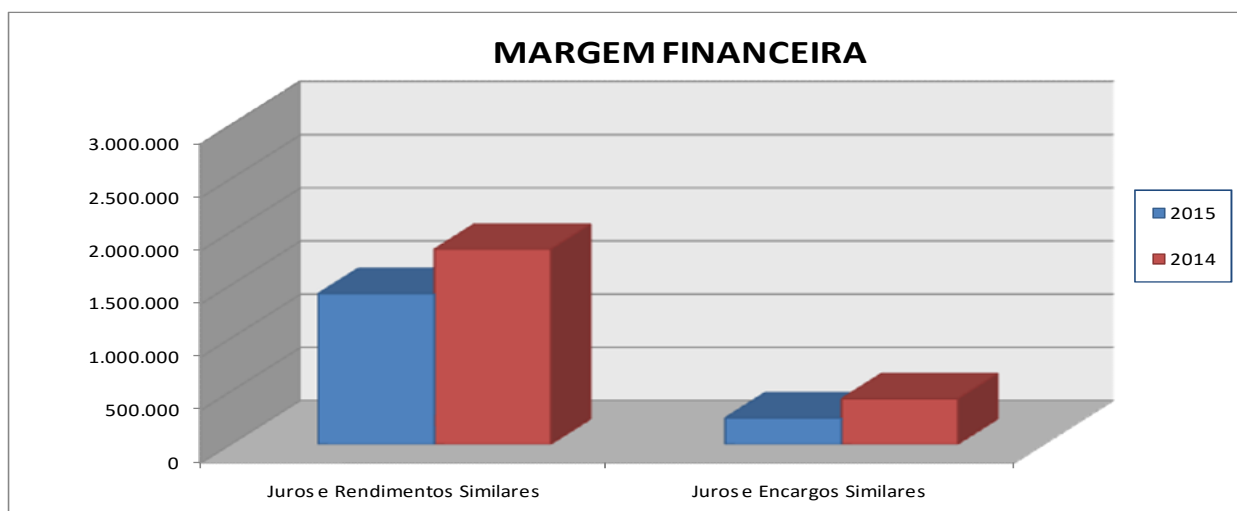
**Gráfico 7 – Resultados Após Impostos**



#### 3.2.2. Margem Financeira

Os juros e rendimentos similares no ano de 2015 (1.418.847€) foram inferiores aos valores obtidos em 2014 (1.836.767€); já no que concerne os juros e encargos similares registou-se também uma diminuição passando de 428.950€ em 2014 para 249.639€ em 2015. Assim, a margem financeira no ano de 2015 foi inferior em 238.608€ relativamente ao ano anterior, uma descida aproximadamente de 17%.

**Gráfico 8 – Margem Financeira**



3.2.3. Produto Bancário

O produto bancário em 2015 foi de 1.457.151 €uros tendo registado, um decréscimo de 13,6% face ao registado em 2014 de 1.686.645€. Nos gráficos seguintes, apresenta-se a evolução da distribuição do produto bancário nos últimos anos.

Gráfico 9 - Distribuição do Produto Bancário

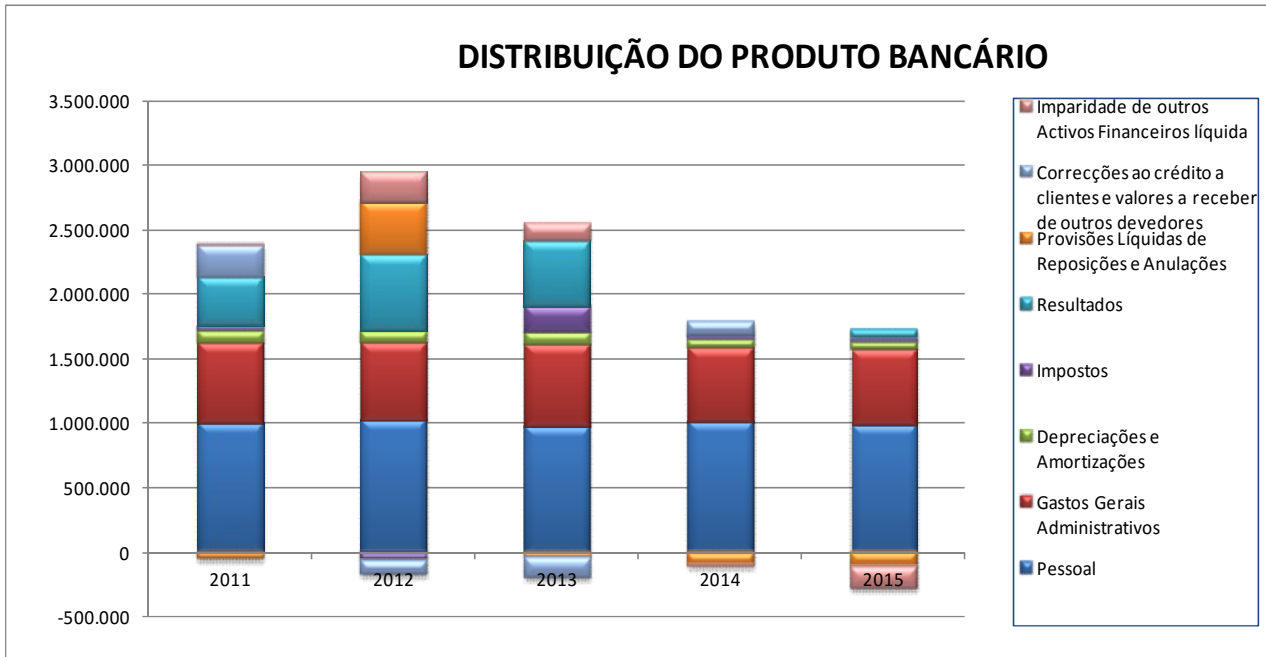
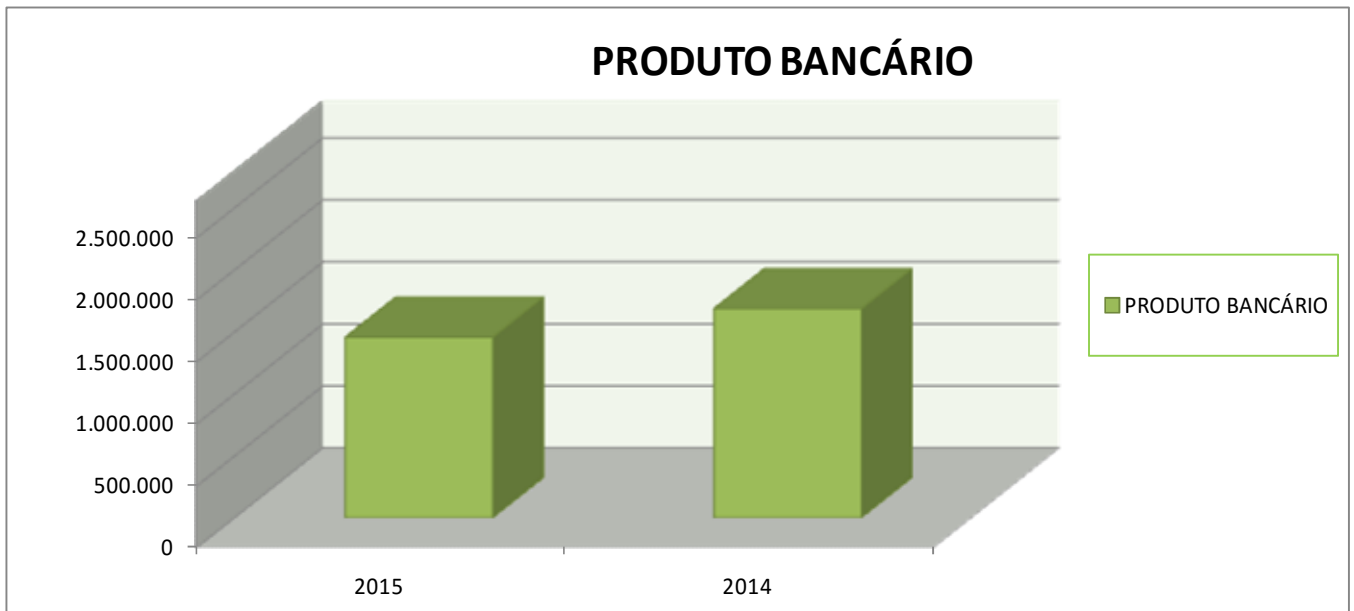


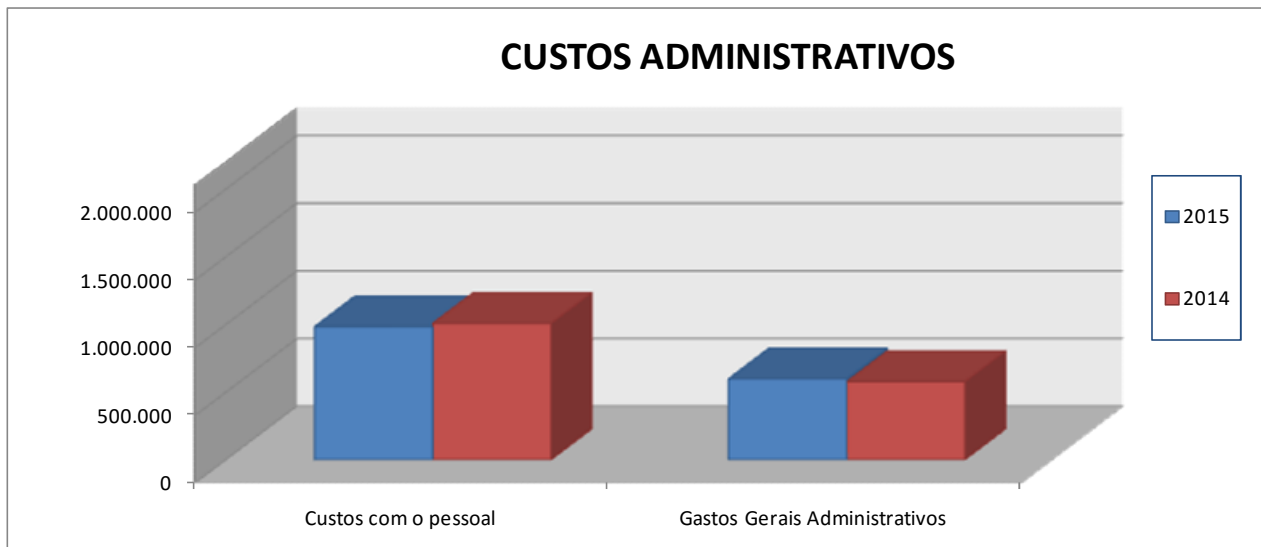
Gráfico 10 – Produto Bancário



### 3.2.4. Custos Administrativos

Os custos administrativos apresentavam valor de 1.581.912€uros, uma descida relativamente ao ano anterior de 0,3%. Os custos com o pessoal verificaram uma diminuição de 2,44% relativamente ao ano anterior, enquanto os gastos gerais administrativos aumentaram cerca de 3,5%. No gráfico abaixo apresenta-se a evolução dos custos administrativos.

**Gráfico 11 – Custos Administrativos**





#### 4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Dando cumprimento ao preceituado nos Estatutos, vem o Conselho de Administração propor à Assembleia Geral, que os resultados líquidos apurados no exercício de 2015, no montante de 61.196,37€uros, sejam aplicados nas Reservas a seguir indicadas:

<b>Aplicação dos resultados de 2015</b>	
Reserva Legal	12.400,00
Reserva especial	19.438,55
Reserva para educação e formação cooperativa	100,00
Reserva para mutualismo	100,00
Reservas livres	29.157,82
Reserva para Riscos Bancários Gerais	0,00
<b>Resultados Distribuídos</b>	<b>61.196,37</b>

Propõe-se igualmente a transferência para reservas livres dos resultados transitados no montante de 1.991,64€.

Após a aplicação de Resultados, os Capitais Próprios passam a ser os seguintes:

Capital Social	10.658.834
Reservas:	
Reserva Legal	4.835.427
Reserva especial	1.870.770
Reserva para educação e formação cooperativa	43.674
Reserva para mutualismo	18.968
Reserva Livre	1.044.334
Reserva para Riscos Bancários Gerais	0
Reserva de reavaliação	102.955
Resultados Transitados	0
	<b>18.574.962</b>



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**



# CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DA CHAMUSCA

## 1. Balanço em 31 de Dezembro de 2015

ACTIVO	NOTAS	2015		2014	
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	Activo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1	2.073.586	0	2.073.586	2.527.134
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	5.024.725	0	5.024.725	5.524.494
Activos financeiros detidos para negociação		0	0	0	0
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		0	0	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda		0	0	0	0
Aplicações em instituições de crédito	3	34.954.278	0	34.954.278	35.672.483
Crédito a clientes	4	18.000.698	996.083	17.004.616	14.868.121
Investimentos detidos até à maturidade	5	1.494.372	0	1.494.372	1.530.389
Activos com acordo de recompra		0	0	0	0
Derivados de cobertura		0	0	0	0
Activos não correntes detidos para venda	6	1.125.379	250.152	875.227	680.592
Propriedades de investimento		0	0	0	0
Outros activos tangíveis	7	2.385.502	1.537.076	848.426	853.952
Activos intangíveis	8	220.164	187.465	32.699	31.971
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conj	9	1.213.432	1.396	1.212.036	1.248.498
Activos por impostos correntes	10	10.548	0	10.548	38.526
Activos por impostos diferidos	10	288.811	0	288.811	310.339
Outros activos	11	1.179.159	0	1.179.159	1.065.879
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>67.970.655</b>	<b>2.972.171</b>	<b>64.998.484</b>	<b>64.352.379</b>

PASSIVO	NOTAS	2015	2014
Recursos de bancos centrais		0	0
Passivos financeiros detidos para negociação		0	0
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		0	0
Recursos de outras instituições de crédito	12	186.272	11.501
Recursos de clientes e outros empréstimos	13	45.497.536	45.051.321
Responsabilidades representadas por títulos		0	0
Passivos financeiros associados a activos transferidos		0	0
Derivados de cobertura		0	0
Passivos não correntes detidos para venda		0	0
Provisões	14	425.775	533.050
Passivos por impostos correntes	10	0	0
Passivos por impostos diferidos	10	8.540	8.719
Instrumentos representativos de capital		0	0
Outros passivos subordinados		0	0
Outros Passivos	16	305.399	289.982
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>46.423.522</b>	<b>45.894.574</b>
<b>CAPITAL</b>			
Capital	17	10.658.834	10.653.803
Prémios de emissão		0	0
Outros instrumentos de capital		0	0
Reservas de Reavaliação	18	102.955	53.457
Outras reservas e resultados transitados	19	7.751.976	7.742.000
Acções próprias		0	0
Resultado do exercício		61.196	8.545
Dividendos antecipados		0	0
<b>TOTAL CAPITAL</b>		<b>18.574.962</b>	<b>18.457.805</b>
<b>TOTAL PASSIVO + CAPITAL</b>		<b>64.998.484</b>	<b>64.352.379</b>

### O Responsável pela Contabilidade

*Nuno José Faria Lobo*  
( CC nr.º 9715 )

### O Conselho de Administração

*Vasco Manuel Cid Neves e Castro*  
*Joaquim José De La Guardia e Gouveia Coutinho*  
*Carlos Pinto Coelho Amaral Netto*  
*João Carlos Conceição Silva*  
*Susana Isabel Luz Gonçalves Costa*



## 2. Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2015

	NOTAS	2015	2014
Juros e Rendimentos Similares	20	1.418.847	1.836.767
Juros e Encargos Similares	20	249.639	428.950
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>		<b>1.169.209</b>	<b>1.407.816</b>
Rendimentos de Instrumentos de Capital	21	14.700	14.700
Rendimentos de Serviços e Comissões	22	256.337	241.644
Encargos com Serviços e Comissões	22	(50.212)	(49.872)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao justo valor		0	0
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para venda		0	0
Resultados de Reavaliação Cambial		0	0
Resultados de Alienação de outros activos	23	(43.522)	(35.090)
Outros Resultados de Exploração	24	110.640	107.446
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>		<b>1.457.151</b>	<b>1.686.645</b>
Custos com o pessoal	25	983.664	1.008.304
Gastos Gerais Administrativos	26	598.249	578.085
Depreciações e Amortizações	27	57.086	64.741
Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	28	(107.276)	(88.485)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores	29	(3.022)	102.509
Imparidade de outros Activos Financeiros líquida de reversões e recuperações		0	0
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	30	(160.364)	(17.300)
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>88.814</b>	<b>38.789</b>
Impostos		27.618	30.245
- Correntes	10	6.269	8.849
- Diferidos	10	21.348	39.094
<b>RESULTADO APÓS IMPOSTOS</b>		<b>61.196</b>	<b>8.545</b>
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		629	36.092
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>61.196</b>	<b>8.545</b>

### O Responsável pela Contabilidade

*Nuno José Faria Lobo*  
( CC nr.º 9715 )

### O Conselho de Administração

*Vasco Manuel Cid Neves e Castro*  
*Joaquim José De La Guardia e Gouveia Coutinho*  
*Carlos Pinto Coelho Amaral Netto*  
*João Carlos Conceição Silva*  
*Susana Isabel Luz Gonçalves Costa*



## 3. Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2015

CAIXA DE CRÉDITO AGRICOLA MÚTUO DA CHAMUSCA		
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
	31-12-2015	31-12-2014
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>		
Recebimento de juros e comissões	1.675.184	2.078.411
Pagamento de juros e comissões	(299.851)	(478.823)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(1.567.913)	(1.579.889)
Contribuições para o fundo de pensões	(14.000)	(6.500)
(Pagamento) / recebimento de imposto sobre o rendimento	(27.618)	(30.245)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	110.640	107.446
<b>Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais</b>	<b>(123.557)</b>	<b>90.401</b>
<b>(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:</b>		
Activos financeiros detidos para negociação e outros activos ao JV	-	-
Activos disponíveis para venda	-	-
Aplicações em instituições de crédito	(718.205)	(3.013.950)
Crédito a clientes	2.133.473	(356.134)
Investimentos detidos até à maturidade	(36.016)	1.530.389
Derivados de cobertura	-	-
Activos não correntes detidos para venda	114.900	(70.296)
Outros activos	106.668	27.138
	<b>1.600.819</b>	<b>(1.882.853)</b>
<b>Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:</b>		
Passivos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	174.771	3.116
Recursos de clientes e outros empréstimos	446.215	(510.853)
Outros passivos	15.237	32.184
	<b>636.223</b>	<b>(475.553)</b>
<b>Caixa líquida das actividades operacionais</b>	<b>(1.088.153)</b>	<b>1.497.701</b>
<b>Fluxos de caixa de actividades de investimento</b>		
Varição de activos tangíveis e intangíveis	52.288	(246)
Recebimento de dividendos	(14.700)	(14.700)
Varição de partes de capital em empresas filiais e associadas	(116.462)	-
<b>Caixa líquida das actividades de investimento</b>	<b>(78.874)</b>	<b>(14.946)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>		
Aumento de capital	5.031	5.341
Diminuição de capital	-	-
Pagamento de dividendos	-	-
Varição de passivos subordinados	-	-
Reservas	50.930	9.824
<b>Caixa líquida das actividades de financiamento</b>	<b>55.961</b>	<b>15.165</b>
<b>Aumento / (diminuição) de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(953.318)</b>	<b>1.527.811</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do exercício</b>	<b>8.051.628</b>	<b>6.523.817</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	<b>7.098.310</b>	<b>8.051.628</b>



#### 4. Demonstração de Alteração de Capitais Próprios em 31 de Dezembro de 2015

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DA CHAMUSCA, C.R.L. DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015							
IAS/IFRS	Capital	Reservas de reavaliação	Outras Reservas e resultados transitados			(Montantes expressos em Euros)	
			Outras reservas	Resultados transitados	Total	Resultado do exercício	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>10.648.462</b>	<b>46.409</b>	<b>7.519.716</b>	<b>9.476</b>	<b>3.551.099</b>	<b>210.032</b>	<b>18.434.094</b>
Aplicação do resultado do exercício de 2013:							
Transferência para reservas			219.508	(9.476)	210.032	(210.032)	-
Distribuição de dividendos					-		-
Resultados transitados				4.420	4.420		4.420
Utilização de reserva para educação e formação cooperativa			(1.645)		(1.645)		(1.645)
Fundo de Pensões - Impacto Transição					-		-
Reserva de Reavaliação do Activo tangível	1.991	(1.991)			-		-
Fundo de pensões - Desvios actuariais		9.039			-		9.039
Aumento de capital	3.500				-		3.500
Reembolso de capital	(150)				-		(150)
Resultado líquido do exercício de 31 de Dezembro de 2014					-	8.545	8.545
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>10.653.803</b>	<b>53.457</b>	<b>7.737.579</b>	<b>4.421</b>	<b>3.763.907</b>	<b>8.544</b>	<b>18.457.803</b>
Aplicação do resultado do exercício de 2014:							
Transferência para reservas			12.965	(4.420)	8.545		8.545
Distribuição de dividendos					-	(8.545)	(8.545)
Resultados transitados					-		-
Utilização de reserva para educação e formação cooperativa			(560)	1.992	1.432		1.432
Fundo de Pensões - Impacto Transição					-		-
Reserva de Reavaliação do Activo tangível	1.991	(1.991)			-		-
Fundo de pensões - Desvios actuariais		51.489			-		51.489
Aumento de capital	4.000				-		4.000
Reembolso de capital	(960)				-		(960)
Resultado líquido do exercício de 31 de Dezembro de 2015					-	61.196	61.196
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>10.658.834</b>	<b>102.955</b>	<b>7.749.984</b>	<b>1.992</b>	<b>3.773.883</b>	<b>61.196</b>	<b>18.574.960</b>



**5. Demonstração de Resultados Integral em 31 de Dezembro de 2015**

	2015	2014
<b>Resultado individual</b>	<b>61.196</b>	<b>8.545</b>
Reservas de reavaliação de activos	-	-
Reavaliação de activos	-	-
Impacto fiscal	-	-
Pensões - Desvios actuariais do exercício	51.489	9.039
Impacto fiscal	-	-
Utilização de reserva para educação e formação cooperativa	(560)	(1.645)
Outros movimentos	1.992	4.420
<b>Total outro rendimento integral do exercício</b>	<b>52.921</b>	<b>11.815</b>
<b>Rendimento integral individual</b>	<b>114.117</b>	<b>20.359</b>



## **6. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015**

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Chamusca, C.R.L. (CCAM ou Caixa) é uma instituição de crédito, fundada em 7 de Fevereiro de 1929, cuja actividade é regulada pelo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo e pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

Presentemente opera através da sua sede, na Chamusca, e de uma rede de 4 balcões na Azinhaga, Carregueira, Golegã e Parreira.

As contas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos, de acordo com os princípios da continuidade, da consistência, da especialização e da prudência.

### **BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

- **Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras da CCAM são apresentadas em euros e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Contabilidade Ajustadas (NCA) transpostas para o ordenamento nacional através do Aviso nº1/2005 do Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adotadas pela União europeia, com exceção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a valorimetria e imparidade do crédito a clientes, o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição e a mensuração de ativos tangíveis.

As demonstrações financeiras da Caixa em 31 de Dezembro de 2015, estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto é convicção da Administração da CCAM que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações.



## **Resumo dos principais critérios e políticas contabilísticas**

As políticas contabilísticas que se seguem são aplicáveis às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014 e 2015.

### **a) Especialização de exercícios**

A *CCAM* segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere ao reconhecimento contabilístico dos juros das operações activas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança.

### **b) Operações em moeda estrangeira**

A compra e a venda de notas e moedas estrangeiras são convertidas para euros com base no câmbio médio à vista de referência à data de 31 de Dezembro de 2015, divulgados pelo Banco Central Europeu e pelo Banco de Portugal.

### **c) Participações e partes de capital em empresas coligadas**

Na rubrica Partes de capital em empresas coligadas são registadas as participações nas empresas em que a *CCAM* exerça uma posição de domínio e cujo interesse pela sua manutenção está ligado à sua actividade e, simultaneamente, se revistam de carácter duradouro – empresas subsidiárias. As partes de capital ou participações em empresas encontram-se registadas pelo respectivo custo de aquisição, deduzido de eventuais imparidades evidenciadas naquelas participações.

### **d) Investimentos detidos até à maturidade**

A rubrica Investimentos detidos até à maturidade inclui ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, que possuam uma maturidade fixa, e relativamente aos quais seja intenção do Conselho de Administração a sua manutenção até à respetiva data de vencimento.

Os ativos classificados como detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado.

Os juros corridos destes investimentos, e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto), são registados em resultados.



## **e) Imparidade**

A CCAM aplica nas suas contas individuais, as NCAs, pelo que, de acordo com o definido nos nº 2 e 3 do Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pela Caixa nos exercícios anteriores.

## **f) Provisões para riscos de crédito**

As provisões para riscos de crédito foram apuradas nos termos do Aviso nº 3/95 o qual foi alterado pelos Avisos nº 2/99, nº 3/99, nº 7/2000, 4/2002, 8/2003 e 9/2003 todos do *Banco de Portugal*, e incluem:

- (i) Uma provisão específica para crédito e juros vencidos e para crédito cobrança duvidosa, apresentada no activo como dedução à rubrica de Créditos sobre clientes, calculada mediante a aplicação de taxas que variam entre 0,5% e 100% sobre os saldos de crédito vencido, em função da classe de risco, da natureza do crédito e da existência ou não de garantias e do tipo de garantia;
- (ii) Uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, apresentada no passivo na rubrica Provisões para riscos e encargos – outras provisões, corresponde a 1,5% do crédito ao consumo e do crédito a particulares de finalidade não determinada, 0,5% do crédito garantido por hipoteca sobre imóvel, quando este se destina à habitação do mutuário e 1% do restante crédito não vencido concedido pela CCAM, no qual se inclui o representado por aceites, garantias e avals prestados. No corrente ano, a CCAM tem provisionado mais 240.000€, relativamente ao mínimo estabelecido pelo Banco de Portugal. Em 2014 a CCAM tinha provisionado mais 375.000€, relativamente ao mínimo estabelecido pelo Banco de Portugal.

## **g) Activos não correntes disponíveis para venda**

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.



Esta rubrica inclui imóveis e outros bens recebidos em dação em cumprimento que passaram para a posse da CCAM por regularização de crédito concedido. A política da Caixa para ativos recebidos por recuperação de crédito, é proceder à sua alienação, no prazo mais curto em que tal seja praticável.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado pela CCAM tendo por base avaliações anuais de peritos independentes registados na CMVM, não sendo sujeitos a amortizações.

## **h) Outros Activos Tangíveis**

Os Outros Activos Tangíveis são registados ao custo de aquisição e a respectiva depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, por duodécimos da quota anual, aplicado ao custo histórico, permitido para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que se considera não diferirem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Equipamento informático e de escritório	4 a 10
Mobiliário e instalações interiores	6 a 12
Viaturas	4

## **i) Activos Intangíveis**

Os Activos intangíveis da CCAM são compostos por despesas, com aquisição de software (sistemas de tratamento automático de dados) e despesas plurianuais, cujo impacto se repercute para além do exercício em que são gerados. Estes ativos são amortizadas no período de 3 anos pelo método das quotas constantes, por duodécimos da quota anual, de acordo com o critério fiscal aplicável.



## **j) Impostos sobre lucros**

### Impostos correntes

O encargo do exercício com impostos sobre os lucros, para a *CCAM*, é calculado tendo em consideração o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis à Instituição.

### Impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias entre o valor de uma tivo ou passivo no Balanço e a sua base tributável. Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais são também registados como impostos diferidos ativos. Os impostos diferidos foram calculados sobre as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis à taxa de 22,50%, sendo 21% de imposto de IRC e 1,50% de Derrama Municipal, sendo esta é a taxa prevista para o exercício de 2016.

## **K) Benefícios a Empregados**

As responsabilidades com benefícios dos empregados (pensões de reforma e outros benefícios) são reconhecidos de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores, com as adaptações previstas nos Avisos do Banco de Portugal nº 4/2005 e nº 12/2005.

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, bem como a amortização de ganhos e perdas atuariais, está refletido pelo valor líquido em "Custos com Pessoal".



## **I) Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas**

Na elaboração das demonstrações financeiras a Caixa efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

### **Pensões de reforma e sobrevivência**

As responsabilidades com benefícios a empregados assumidas pela Caixa em função do compromisso de conceder aos seus trabalhadores, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência (Plano de benefícios definido) são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma Internacional de contabilidade (IAS) 19 – Benefícios dos trabalhadores, com as adaptações previstas nos avisos do Banco de Portugal nº 4/2005 e nº 12/2005.

A partir do exercício de 2013, a CCAM passou a efetuar o reconhecimento e a mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, de acordo com IAS 19 revista (aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2013), passando os desvios atuariais a ser reconhecidos de imediato e apenas nos capitais próprios (rendimento integral), sendo eliminado o método do corredor.

As responsabilidades da Caixa com pensões de reforma são calculados anualmente, na data de fecho das contas por entidade independente, com base no método "Projected Unit Credit Cost". Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo destas responsabilidades são apresentadas na Nota 33.

O valor global das responsabilidades com Pensões de reforma e outros benefícios encontram-se, consoante a natureza, registado em Outros ativos ou em Outros passivos. O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, bem como a amortização de ganhos e perdas atuariais, estar refletido pelo valor líquido em "Custos com Pessoal".



### **Imparidade do crédito**

O valor da imparidade do crédito é determinado com base em estimativas do valor a recuperar. Estas estimativas são efetuadas com base na utilização de determinados pressupostos. Eventuais diferenças entre esses pressupostos e o comportamento futuro dos créditos têm impacto nas estimativas efetuadas.

### **Imparidade das aplicações por recuperação de créditos**

O valor da imparidade dos ativos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos por recuperação de créditos é determinado com base nas estimativas dos avaliadores independentes sobre o valor líquido de realização dos ativos. Estas estimativas são efetuadas com base na utilização de determinados pressupostos. Eventuais diferenças entre esses pressupostos e o comportamento futuro dos mercados imobiliários têm impacto nas estimativas efetuadas.



## 1. Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b><u>Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais</u></b>		
Caixa	1.750.368	2.210.721
Disponibilidades em Bancos Centrais	323.218	316.413
Juros a receber	-	-
	<u><b>2.073.586</b></u>	<u><b>2.527.134</b></u>

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos de clientes inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2%. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

## 2. Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b><u>Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito</u></b>		
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	5.024.725	5.524.067
Cheques a Cobrar	0	427
	<u><b>5.024.725</b></u>	<u><b>5.524.494</b></u>



### 3. Aplicações em Instituições de Crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b><u>Aplicações em Instituições de Crédito</u></b>		
Aplicações	34.900.000	35.596.000
Juros a receber	54.278	76.483
	<u><b>34.954.278</b></u>	<u><b>35.672.483</b></u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2015, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b><u>Aplicações em Instituições de crédito - Prazo residual</u></b>		
Até 3 meses	18.591.634	32.194.587
Entre 3 meses e 1 ano	16.362.645	3.477.897
	<u><b>34.954.278</b></u>	<u><b>35.672.483</b></u>



## 4. Crédito a clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b>Crédito a Clientes</b>		
<b>Crédito a Empresas e Administrações Públicas</b>	<b>5.499.772</b>	<b>4.624.311</b>
- Desconto e outros créditos titulados	11.441	22.452
- Empréstimos	5.229.281	4.395.784
- Créditos em Conta Corrente	259.050	206.075
- Descobertos em depósito a ordem	-	-
- Outros créditos	-	-
<b>Créditos a particulares</b>	<b>11.506.101</b>	<b>10.262.495</b>
- Habitação	3.755.435	4.009.787
- Consumo	261.201	
- Outras Finalidades	7.489.465	6.252.707
- Desconto e outros créditos titulados	14.625	1.421
- Empréstimos	7.019.085	5.961.261
- Crédito em conta corrente	455.300	289.600
- Descobertos em depósito a ordem	456	425
<b>Crédito e juros vencidos</b>	<b>809.606</b>	<b>830.162</b>
- Crédito vencido	769.818	790.899
- Juros vencidos e despesas para crédito vencido	39.788	39.263
	<b><u>17.815.479</u></b>	<b><u>15.716.968</u></b>
<b>Juros a receber</b>		
<b>Crédito a Empresas e Administrações Públicas</b>	<b>61.137</b>	<b>48.257</b>
Desconto e out. creditos Titulados	306	172
- Empréstimos	59.952	48.085
- Créditos em Conta Corrente	879	
- Descobertos em D O		
- Outros créditos		
<b>Créditos a particulares</b>	<b>124.200</b>	<b>102.203</b>
- Habitação	4.947	5.747
- Consumo	863	
- Outras Finalidades	118.390	96.456
	<b><u>185.337</u></b>	<b><u>150.459</u></b>
<b>Receitas com rendimento diferido</b>		
- Desconto e outros créditos titulados	<b><u>-118</u></b>	<b><u>-203</u></b>
<b>Crédito a Clientes (Valor Bruto)</b>	<b><u>18.000.698</u></b>	<b><u>15.867.225</u></b>
<b>Provisões para Crédito</b>	<b><u>996.083</u></b>	<b><u>999.104</u></b>
<b>Crédito a Clientes (Valor Liquido)</b>	<b><u>17.004.616</u></b>	<b><u>14.868.121</u></b>

A divulgação da informação prevista na Carta-Circular 2/2014/DSP, de 26 de Fevereiro, relativa à mensuação da imparidade da carteira de crédito encontra-se detalhada na Nota 35.



# CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DA CHAMUSCA

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2015, o prazo residual dos créditos a clientes apresenta a seguinte estrutura:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b>Crédito a Clientes - Prazo residual</b>		
Até 3 meses	4.017.445	2.780.401
Entre 3 meses e 1 ano	2.470.496	2.846.367
Entre 1 ano e 3 anos	4.369.598	3.788.590
Entre 3 e 5 anos	2.560.713	1.992.190
Mais de 5 anos	4.582.446	4.459.676
<b>Crédito a Clientes (Valor Bruto)</b>	<b><u>18.000.698</u></b>	<b><u>15.867.225</u></b>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2015, a composição de créditos a clientes por sectores de actividade é a seguinte:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Agricultura, produção animal, caça floresta e pesca	9.616.836	8.307.555
Indústrias extractivas	93.794	115.322
Silvicultura e exploração florestal	2.738.916	1.972.526
Fabricação de Mobiliário		
Construção	709.957	760.800
Comércio e reparações	53.471	57.194
Comércio por grosso	66.029	68.268
Comércio a retalho	439.338	400.464
Alojamento e restauração	236.680	252.256
Transportes e armazenagem	243.422	8.328
Aluguer de máquinas e equipamentos	54.408	51.481
Serviços	110.560	115.732
Educação	52.391	188.678
Saúde e ação social	231.083	193.233
Actividades associativas diversas	38.420	41.860
Outros serviços empresariais	3.227.548	3.229.694
Outros	87.844	103.834
Administração pública		
Educação, saúde e apoio social		
Outras Actividades		
<b>Crédito a Clientes (Valor Bruto)</b>	<b><u>18.000.698</u></b>	<b><u>15.867.225</u></b>

Para fazer face aos riscos de realização do crédito vencido e de cobrança duvidosa, a Caixa dispõe em 31 de Dezembro de 2014 e 2015 das seguintes provisões:

O movimento desta rubrica durante o exercício de 2014 e de 2015 pode ser apresentado da seguinte forma:

	<u>Saldo em 31-12-2014</u>	<u>Dotações</u>	<u>Utilizações / Transferências</u>	<u>Anulação / Reposições</u>	<u>Saldo em 31-12-2015</u>
<b>Provisões para crédito</b>					
Provisões p/ Crédito Cobrança Duvidosa	257.880	115.092		94.970	278.001
Provisões p/ Crédito Vencido	741.224	197.204		220.347	718.081
	<b>999.104</b>	<b>312.296</b>	<b>0</b>	<b>315.317</b>	<b>996.083</b>
	<u>Saldo em 31-12-2013</u>	<u>Dotações</u>	<u>Utilizações / Transferências</u>	<u>Anulação / Reposições</u>	<u>Saldo em 31-12-2014</u>
<b>Provisões para crédito</b>					
Provisões p/ Crédito Cobrança Duvidosa	234.101	63.748		39.969	257.880
Provisões p/ Crédito Vencido	662.495	98.549		19.820	741.224
	<b>896.596</b>	<b>162.297</b>	<b>0</b>	<b>59.789</b>	<b>999.104</b>





## 7. Outros activos tangíveis

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros activos tangíveis" durante o exercício de 2015 foi o seguinte:

Descrição	31-12-2014			31-12-2015					
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Alienações e abates	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
<b>Imóveis:</b>									
De serviço próprio:									
Terrenos	184.869	-	184.869				184.869	-	184.869
Edifícios	693.294	424.306	268.988		9.578		693.294	433.884	259.409
Grandes									
Reparações e beneficiações	468.625	115.131	353.494		9.373		468.625	124.504	344.121
	<b>1.346.788</b>	<b>539.437</b>	<b>807.351</b>	<b>-</b>	<b>18.951</b>	<b>-</b>	<b>1.346.788</b>	<b>558.388</b>	<b>788.400</b>
<b>Equipamento:</b>									
Mobiliário e material	113.054	111.679	1.375	132	474		113.187	112.153	1.034
Máquinas e ferramentas	172.235	166.726	5.509		2.130		172.235	168.855	3.380
Equipamento informático	411.296	400.126	11.170	1.845	8.222		413.141	408.348	4.793
Instalações interiores	51.743	37.572	14.171	5.700	3.032		54.058	37.219	16.839
Material de transporte	38.254	34.504	3.750	15.170	4.542		53.424	39.047	14.378
Equipamento de segurança	77.504	73.631	3.873	2.257	1.847		79.761	75.478	4.283
Outro equipamento	140.485	133.732	6.753	12.423	3.856		152.908	137.588	15.320
	<b>1.004.571</b>	<b>957.970</b>	<b>46.601</b>	<b>37.528</b>	<b>24.103</b>	<b>-</b>	<b>1.038.714</b>	<b>978.688</b>	<b>60.026</b>
	<b>2.351.359</b>	<b>1.497.407</b>	<b>853.952</b>	<b>37.528</b>	<b>43.054</b>	<b>-</b>	<b>2.385.502</b>	<b>1.537.076</b>	<b>848.426</b>

## 8. Activos intangíveis

O movimento ocorrido nas rubricas de "Activos intangíveis" durante o exercício de 2015 foi o seguinte:

Descrição	31-12-2014		31-12-2015					
	Valor Líquido		Aquisições	Amortizações do exercício	Alienações e abates	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Sistema de tratamento automático de dados	27.378		14.760	13.106		210.318	181.286	29.032
Outros activos intangíveis	4.592			926		9.845	6.179	3.667
Activos intangíveis em curso						-		
	<b>31.971</b>		<b>14.760</b>	<b>14.032</b>	<b>-</b>	<b>220.164</b>	<b>187.465</b>	<b>32.699</b>

## 9. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2015, a rubrica "investimentos em filiais" tem a seguinte composição:

Natureza e espécie dos títulos	31-12-2014		31-12-2015				
	Valor Líquido		Quantidade	Alienação	Valor de Balanço	Imparidade	Valor Líquido
<b>Participações Financeiras</b>							
Em outras empresas no país							
- Em uniões regionais( FEREC)	249		50		249	0	249
- Em empresas coligadas (Crediagrícola)	36.462		0	36.462	0	0	0
- Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	1.210.682		10.000		1.210.682	0	1.210.682
- Agrimutuo	252		25		1.250	998	252
- Servimutuo	853		25		1.250	397	853
	<b>1.248.498</b>		<b>10.100</b>		<b>1.213.432</b>	<b>1.396</b>	<b>1.212.036</b>

A Participação Financeira na SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços,S.A.- encontra-se registada ao custo histórico de aquisição dado não ser possível mensurar fiavelmente ao justo valor,tendo em consideração as características deste investimento (acesso á rede SIBS).

**10. Impostos sobre o rendimento**

Os lucros apurados pela CCAM são tributados em sede de IRC. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto no caso de ter sido efetuado reporte de prejuízos fiscais, bem como qualquer outra de dução ou crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o exercício desse direito. Deste modo, as declarações fiscais da Caixa relativas aos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e a matéria coletável a eventuais correções.

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2014 e 2015 eram os seguintes:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b><u>Ativos por impostos correntes</u></b>		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	10.548	38.526
	<u>10.548</u>	<u>38.526</u>
	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b><u>Ativos por impostos diferidos</u></b>		
Por diferenças temporárias		
Em ativos	142.165	182.413
Em passivos	95.799	119.936
Por prejuízos fiscais reportáveis		0
Por prejuízos fiscais	50.847	7.990
	<u>288.811</u>	<u>310.339</u>
	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b><u>Passivos por impostos diferidos</u></b>		
Por diferenças temporárias		
Em ativos	8.540	8.719
Em passivos		
	<u>8.540</u>	<u>8.719</u>

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos eram os seguintes:

<b>IMPOSTOS DIFERIDOS</b>	<b>Saldo em 31-12-2014</b>	<b>Varição em Resultados</b>	<b>Varição em Resultados Transitados</b>	<b>Saldo em 31-12-2015</b>
Activos				
. Provisões não aceites fiscalmente:				
Provisões para cobrança duvidosa	50.948	8.901		59.849
Provisões para crédito vencido	114.696	(32.380)		82.316
Imparidade para ativos não financeiros	16.769	(16.769)		-
Provisões para riscos gerais de crédito	110.936	(24.137)		86.799
Outras provisões	9.000	-		9.000
Provisões p/ encargos com benefícios aos empregados	-	-		-
. Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	-	-		-
. Prejuízos fiscais reportáveis	7.990	42.857		50.847
	<u>310.339</u>	<u>(21.528)</u>		<u>288.811</u>
Passivos				
. Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(8.719)	179		(8.540)
	<u>(8.719)</u>	<u>179</u>		<u>-</u>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das



autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais da Caixa relativas aos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e a matéria colectável a eventuais correcções.

Contudo, na opinião da Direcção da Caixa, não é previsível que ocorram correcções com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015.

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, podem ser apresentados como se segue:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<u>Impostos correntes</u>		
Imposto Corrente Sobre os Lucros do Exercício	5.052	4.568
Correcções de Impostos relativas a Exercícios Anteriores	1.217	(13.417)
	<u>6.269</u>	<u>(8.849)</u>
<u>Impostos diferidos</u>		
Registo e reversão de diferenças temporárias	64.206	31.105
Prejuízos fiscais reportáveis	(42.857)	7.990
	<u>21.348</u>	<u>39.094</u>
<b>Total de impostos reconhecidos em resultados</b>	<b>27.618</b>	<b>30.245</b>
Resultado antes de impostos	88.814	38.789
<b>Carga fiscal</b>	<b>31,10%</b>	<b>77,97%</b>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2014 e 2015 pode ser demonstrada como segue:

	<u>2015</u>		<u>2014</u>	
	<u>Taxa de imposto</u>	<u>Montante</u>	<u>Taxa de imposto</u>	<u>Montante</u>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>88.813,93</b>		<b>38.789,48</b>
<b>Imposto apurado com base na taxa de imposto nomi</b>	<b>22,50%</b>	<b>19.983,00</b>	<b>22,50%</b>	<b>8.727,63</b>
<b>Diferenças geradoras de activos e passivos por impostos diferidos</b>				
Provisões temporariamente não dedutíveis ou acima dos l	-322,20%	(286.154,68)	-222,85%	(86.442,04)
<b>Diferenças permanentes</b>				
Variações patrimoniais positivas	-60,22%	(53.479,64)	0,00%	
Multas, coimas, juros e demais encargos	0,00%		26,94%	10.449,64
Menos valias contabilísticas	48,30%	42.893,66	14,01%	5.434,20
40% do aumento das reintegrações	0,90%	796,37	2,05%	796,38
Encargos não devidamente documentados	0,07%	62,50	0,68%	263,00
Mais Valias Fiscais com intenção expressa de reenvestir	102,06%	90.643,01	0,00%	
Mais valias contabilísticas	0,00%		-2,58%	(1.002,00)
Contribuição Sector Bancário	3,89%	3.456,32	8,69%	3.369,64
Menos valias fiscais	0,00%		-11,43%	(4.432,20)
Benefícios Fiscais para dedução ao lucro tributável	0,00%		-7,05%	(2.735,00)
IRC Liquidado	0,00%		0,00%	
Derrama	0,00%		0,00%	
Tributações autónomas	5,69%	5.051,87	11,78%	4.567,63
<b>Imposto corrente sobre o lucro do exercício</b>	<b>5,69%</b>	<b>5.051,87</b>	<b>11,78%</b>	<b>4.567,63</b>
<b>Registo e reversão de activos e passivos por impostos diferidos</b>	<b>24,04%</b>	<b>21.348,27</b>	<b>100,79%</b>	<b>39.094,17</b>
<b>Custo com imposto do exercício</b>	<b>29,73%</b>	<b>26.400,14</b>	<b>112,56%</b>	<b>43.661,80</b>
Correcções de impostos relativas a exercícios anteriores	1,37%	1.217,42	-15,11%	(13.416,92)
<b>Impostos correntes sobre os lucros</b>	<b>31,10%</b>	<b>27.617,56</b>	<b>77,97%</b>	<b>30.244,88</b>



## 11. Outros Activos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b><u>Outros Ativos</u></b>		
Devedores e outras aplicações	1.134.724	1.037.806
Outras despesas com encargo diferido	1.176	24.215
Outras contas de regularização	899	761
Responsabilidades com Pensões e outros benefícios	42.360	3.098
Imparidade acumulada - Outras aplicações		
	<u><b>1.179.159</b></u>	<u><b>1.065.879</b></u>

A rubrica Responsabilidades com Pensões e outros benefícios encontra-se detalhada na nota 33.

## 12. Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b><u>Recursos de Instituições de Crédito</u></b>		
Recursos de Instituições de Crédito	186.257	11.493
Juros a pagar	16	9
	<u><b>186.272</b></u>	<u><b>11.501</b></u>

## 13. Recursos de clientes e outros empréstimos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b><u>Recursos de Clientes e Outros Empréstimos</u></b>		
Depósitos à Ordem	14.852.226	14.033.141
Depósitos a Prazo	24.399.488	25.052.109
Depósitos de Poupança	6.157.947	5.804.142
Outros Recursos de Clientes	10.960	10.746
	<u><b>45.420.620</b></u>	<u><b>44.900.137</b></u>
<b><u>Juros a pagar</u></b>		
Depósitos à Ordem	0	17.614
Depósitos a Prazo	44.559	77.162
Depósitos de Poupança	32.357	56.408
	<u><b>76.916</b></u>	<u><b>151.184</b></u>
	<u><b>45.497.536</b></u>	<u><b>45.051.321</b></u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2015, os prazos residuais dos recursos de clientes e outros empréstimos, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b><u>Recursos de Clientes - Prazo residual</u></b>		
Até 3 meses	31.737.819	3.142.504
Entre 3 meses e 1 ano	13.759.717	41.908.817
	<u><b>45.497.536</b></u>	<u><b>45.051.321</b></u>



## 14. Provisões

Para fazer face aos riscos de realização do crédito concedido, a Caixa dispõe em 31 de Dezembro de 2014 e 2015 de uma provisão para riscos gerais de crédito registada na rubrica "Provisões" do passivo.

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b>Provisões</b>		
<b>Provisões p/ Riscos Gerais de Crédito</b>	<b>385.775</b>	<b>493.050</b>
Crédito Concedido	376.622	488.563
Crédito por Assinatura	9.152	4.488
<b>Provisões p/encargos c/benef. aos empregados</b>		
<b>Outras provisões</b>	<b>40.000</b>	<b>40.000</b>
	<u><b>425.775</b></u>	<u><b>533.050</b></u>

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade da Caixa durante os exercícios de 2014 e 2015 foi o seguinte:

	<b>Saldo em</b>			<b>Saldo em</b>	
	<b>31-12-2014</b>	<b>Dotações</b>	<b>Utilizações / Transferências</b>	<b>Anulação / Reposições</b>	<b>31-12-2015</b>
Crédito Concedido	488.562	100.697		212.636	376.623
Crédito por Assinatura	4.488	8.623		3.959	9.152
	493.050	109.320	0	216.595	385.775
Provisões p/ encargos c/ benefícios aos empregados					
Outras provisões	40.000				40.000
	<b>533.050</b>	<b>109.320</b>	<b>0</b>	<b>216.595</b>	<b>425.775</b>

	<b>Saldo em</b>			<b>Saldo em</b>	
	<b>31-12-2013</b>	<b>Dotações</b>	<b>Utilizações / Transferências</b>	<b>Anulação / Reposições</b>	<b>31-12-2014</b>
Provisões p/ Riscos Gerais de Crédito					
Crédito Concedido	575.597	40.295		127.329	488.562
Crédito por Assinatura	5.938	3.737		5.188	4.488
	581.535	44.032	0	132.517	493.050
Provisões p/ encargos c/ benefícios aos empregados					
Outras provisões	40.000				40.000
	<b>621.535</b>	<b>44.032</b>	<b>0</b>	<b>132.517</b>	<b>533.050</b>

A rubrica Outras provisões inclui a provisão para eventuais contingências resultantes de processos judiciais interpostos contra a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Chamusca.



## 15. Passivos contingentes e compromissos

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b>Contas extrapatrimoniais</b>		
<b>Garantias prestadas e outros passivos even</b>	<b>398.213</b>	<b>251.840</b>
- Garantias e avales	344.581	198.208
- Outras garantias	53.632	53.632
<b>Garantias recebidas</b>	<b>51.097.612</b>	<b>49.784.074</b>
- Garantias e avales	3.752.136	3.148.892
- Créditos	47.345.477	46.635.183
<b>Compromissos perante terceiros</b>	<b>586.650</b>	<b>250.575</b>
- Compromissos irrevogáveis	586.650	250.575
<b>Outras contas extrapatrimoniais</b>	<b>513.027</b>	<b>513.027</b>
- Créditos abatidos ao ativo	457.731	457.731
- Juros vencidos	49.809	49.809
- Despesas de crédito vencido	5.487	5.487

## 16. Outros Passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b>Outros Passivos</b>		
Credores e outros recursos	83.450	93.373
Receitas com rendimento diferido	5.142	1.833
Outras contas de regularização	104.730	79.783
Outros encargos a pagar	112.077	114.993
	<u><b>305.399</b></u>	<u><b>289.982</b></u>

A rubrica Outros encargos a pagar inclui, essencialmente, a estimativa com férias e subsidio de férias do pessoal relativo ao ano de 2015, a liquidar em 2016.

## 17. Capital

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2015, a estrutura do capital da Caixa é a seguinte:

Descrição	Incorporação de reservas	Emissão de títulos de capital	Total
<b>Saldo em 31-12-2014</b>	<b>10.465.953</b>	<b>187.850</b>	<b>10.653.803</b>
Incorporação de reservas	1.991		1.991
Emissão de títulos de capital		4.000	4.000
Reembolsos		-960	-960
Pedido de demissão			
<b>Saldo em 31-12-2015</b>	<b>10.467.944</b>	<b>190.890</b>	<b>10.658.834</b>



## 18. Reserva de Reavaliação

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2015, a rubrica de Reserva de Reavaliação têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b>Reserva de reavaliação</b>		
Reserva de reavaliação legais	94.885	96.876
Fundo Pensões - Desvios Actuarias	8.070	-43.419
	<u><b>102.955</b></u>	<u><b>53.457</b></u>

Com a adopção da IAS 19, os desvios actuariais dos pressupostos do Fundo de Pensões passaram a ser de imediato reconhecidos no Capital Próprio da Instituição (Rendimento Integral), tendo em 2015 um desvio positivo de 51.489€ (em 2014: 9.039€).

## 19. Outras Reservas e Resultados Transitados

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2015, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b>Outras Reservas e Resultados Transitados</b>		
Reserva Legal	4.823.027	4.821.318
Reserva Riscos Bancários Gerais	0	435.549
<b>Outras Reservas</b>		
Reserva para Formação e Educação	43.574	43.920
Reserva para Mutualismo	18.868	18.768
Reserva Especial	1.851.331	1.844.809
Reservas Livres	1.013.184	573.215
Resultados Transitados	1.992	4.420
	<u><b>7.751.976</b></u>	<u><b>7.742.000</b></u>



## 20. Margem Financeira

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Juros e Rendimentos Similares		
Juros de Disponibilidades em Bancos Centrais	138	609
Juros de Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	18	2.435
Juros de Aplicações em Instituições de Crédito	413.228	805.437
Juros de Crédito a Empresas e Administrações Públicas	373.085	422.647
- Desconto e Outros Créditos Titulados	143	257
- Empréstimos	312.316	362.445
- Créditos em Conta Corrente	52.799	53.101
- Descobertos em D O	7.828	6.845
- Outros créditos		
Juros de Crédito a Particulares	106.712	529.189
- Habitação	105.087	139.812
- Consumo	1.624	-
- Outras Finalidades	459.973	389.377
- Desconto e Outros Créditos Titulados		-
- Empréstimos	458.622	389.377
- Crédito em conta corrente		
- Outros créditos	1.351	
Crédito vencido	57	27.730
Juros e Rendimentos Similares Outros Ativos Financeiros	26.384	5.637
Comissões Recebidas Associadas ao Custo Amortizado	8.200	9.782
Outras Comissões Recebidas sobre Instrumentos Financeiros	31.052	33.302
	<u><b>1.418.847</b></u>	<u><b>1.836.767</b></u>
	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b>Juros e Encargos Similares</b>		
<b>Recursos de Bancos Centrais</b>	7	13
<b>Recursos de Outras Instituições de Crédito</b>	0	9
<b>Recursos de Clientes</b>		
Depósitos à Ordem	0	5.291
Depósitos a Prazo	125.079	237.123
Depósitos de Poupança	124.553	186.514
	<u><b>249.639</b></u>	<u><b>428.949</b></u>
<b>Margem Financeira</b>	<u><b>1.169.209</b></u>	<u><b>1.407.816</b></u>



## 21. Rendimentos de Instrumentos de Capital

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b>Rendimentos de Instrumentos de Capital</b>		
Investimentos em Associados		
SIBS	14.700	14.700
	<u>14.700</u>	<u>14.700</u>

## 22. Resultados de Serviços e Comissões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b>Rendimentos de Serviços e Comissões</b>		
Outras Comissões Recebidas		
Por Garantias Prestadas	11.483	5.532
Por Serviços Prestados	29	115
Por Operações Realizadas P/Conta De Terceiros	-	-
Outras Comissões Recebidas	244.825	235.997
	<u>256.337</u>	<u>241.644</u>
	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b>Encargos com Serviços e Comissões</b>		
Outras Comissões Pagas		
Por Garantias Recebidas	-	-
Por Serviços Bancários Prestados	49.070	49.863
Outras Comissões Pagas	1.142	9
	<u>50.212</u>	<u>49.872</u>

## 23. Resultados de Alienação de outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b>Resultados de alienação de outros ativos</b>		
- Perdas em Inv filiais e Empreend conj	42.894	0,00
- Perdas em ativos não financeiros	629	36.092
- Ganhos em ativos não financeiros	-	(1.002)
	<u>43.522</u>	<u>35.090</u>

A rubrica Perdas em investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos corresponde ao valor da perda resultante da alienação da participação na sociedade Crediagricola, FRCL, para a qual havia sido constituída no passado uma imparidade para potenciais perdas de 80.000€ (Nota 30).



## 24. Outros Resultados de Exploração

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b>Outros Resultados de Exploração</b>		
<b>Outros rendimentos e receitas operacionais</b>		
- Ganhos em investimentos em filiais e associadas	0	0
- Reembolso de despesas	91.364	61.869
- Recuperação de crédito, juros e despesas	37.399	87.267
- Outros	7.303	4.703
	<u>136.067</u>	<u>153.840</u>
<b>Outros encargos e gastos operacionais</b>		
- Quotizações	3.500	2.500
- Donativos	4.900	4.900
- Contribuição para o Fundo de Garantia de Depósitos	4.000	17.500
- Outros encargos e gastos operacionais	1.622	12.056
	<u>14.022</u>	<u>36.956</u>
<b>Outros Impostos</b>		
- Impostos Indiretos	7.973	4.574
- Impostos Diretos	3.432	4.863
	<u>11.405</u>	<u>9.438</u>
<b>Total</b>	<u>110.640</u>	<u>107.446</u>

A rubrica "Impostos Indirectos" inclui a contribuição para o sector bancário no montante de 3.456€. Esta rubrica inclui ainda o Imposto Municipal de Transações (IMT), relativo ao um imóvel de recuperação crédito, cujo período de isenção do imposto expirou em 2015, no valor de 3.653€.

## 25. Custos com o pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b>Custos com pessoal</b>		
Remuneração dos órgãos de gestão (ver nota 32)	111.966	96.769
Remuneração de empregados	655.122	694.327
Encargos sociais obrigatórios	203.064	217.207
Outros custos com o pessoal	13.512	-
	<u>983.664</u>	<u>1.008.304</u>

O aumento das Remunerações dos órgãos de gestão resulta, essencialmente, da recomposição do Conselho de Administração, de 3 para 5 administradores, em consequência da deliberação da Assembleia Geral efetuada no passado mês de Julho de 2015.

A rubrica "outros custos com o pessoal" inclui os encargos suportados pela caixa com acordos de pré-reforma.



## 26. Gastos Gerais Administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b>Gastos Gerais Administrativos</b>		
<b>- Com fornecimentos</b>	<b>70.344</b>	<b>70.904</b>
Água, energia e combustíveis	32.755	36.179
Material consumo corrente	6.950	8.237
Material de higiene e limpeza	1.217	1.318
Outros fornecimentos de terceiros	29.422	25.170
<b>- Com serviços</b>	<b>527.905</b>	<b>507.181</b>
Comunicação	70.067	71.811
Deslocações e representações	11.353	12.371
Publicidade e edição de publicações	1.280	3.174
Conservação e reparação	42.669	16.396
Transportes	20.653	24.456
Formação de Pessoal	0	0
Seguros	30.211	28.786
Serviços Especializados	343.927	338.130
Outros Serviços de Terceiros	7.745	12.056
	<b><u>598.249</u></b>	<b><u>578.085</u></b>

No âmbito dos gastos gerais administrativos suportados pela CCAM assumem particular relevância o valor referente aos serviços especializados, nomontante de 343.927€ (2014: 338.130€), os quais representam àquela data cerca de 57% (2014: 58%) do total dos gastos gerais administrativos. Estes incluem essencialmente a prestação de serviços pela SIBS e os custos com os serviços de auditoria e revisão legal das contas, assessoria jurídica, informática, contabilidade e outros consultores externos.

## 27. Depreciações e Amortizações

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b>Amortizações do Exercício</b>		
<b>Ativos Tangíveis</b>	<b>43.053</b>	<b>51.636</b>
- Imóveis	18.951	18.951
- Equipamento	24.103	32.686
- Outros Ativos Tangíveis	0	0
<b>Ativos Intangíveis</b>	<b>14.032</b>	<b>13.104</b>
	<b><u>57.086</u></b>	<b><u>64.741</u></b>



## 28. Provisões Líquidas de Reposições e Anulações

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b>Provisões Líquidas de Reposições e Anulações</b>		
Provisões para Riscos Gerais de Crédito	109.319	44.033
Reposições e Anulações de Provisões para Riscos Gerais de Crédito	-216.595	-132.518
	<u>(107.276)</u>	<u>(88.485)</u>

## 29. Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b>Correções de Valores Associadas ao Crédito a Clientes</b>		
Provisões para Crédito de Cobrança Duvidosa e Crédito Vencido	312.295	162.297
Reposições e Anulações de Provisões para Crédito de Cobrança Duvidosa e Crédito Vencido	(315.317)	(59.788)
	<u>(3.022)</u>	<u>102.509</u>

## 30. Imparidade de outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b>Imparidade de outros activos financeiros líquida</b>		
Perda de imparidade de activos valorizados ao justo valor	-	-
Perda de imparidade de activos não correntes detidos para venda	41.366	73.050
Reposições e Anulações de Provisões para Risco no País		
Reposição de perdas de imparidade em investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	(80.000)	-
Reversões de perdas de imparidade em activos não correntes detidos para venda	(121.730)	(90.350)
	<u>(160.364)</u>	<u>(17.300)</u>



### 31. Número Médio Anual de Trabalhadores

O número médio de colaboradores da Caixa em 2015 e 2014 apresenta a seguinte composição:

CATEGORIAS PROFISSIONAIS	Número de Funcionários	
	31-12-2015	31-12-2014
Diretor Executivo		
Diretor de serviços/ Chefe de um Setor	1	1
Sub-diretor de Serviços/ Chefe de um Setor	0	1
Assessor da Direção	1	1
Gerente	-	-
Sub-Gerente	-	-
Chefe de Setor	3	3
Chefe de Delegação	-	-
Secretária	1	1
Empregado de Carteira	16	17
Empregada de Limpeza	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>25</b>

### 32. Remuneração e Crédito concedido aos membros dos órgãos de Administração, Direcção e Fiscalização

(Declaração sobre política de remunerações em Anexo 1)

ORGÃOS SOCIAIS	MONTANTE DE REMUNERAÇÕES	ADIANTAMENTOS	CRÉDITO CONCEDIDO	GARANTIAS
<b>CONSELHO ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>108.635,75</b>	0,00	<b>76.151,09</b>	0,00
Presidente	65.718,52			
Vogal	22.482,66			
Vogal	8.564,28			
Vogal	8.214,76		9.451,50	
Vogal	3.655,53		66.699,59	
<b>CONSELHO FISCAL</b>	<b>2.180,00</b>	0,00	0,00	0,00
Presidente	0,00			
Secretário	900,00			
Vogal	1.280,00			
<b>ASSEMBLEIA GERAL</b>	<b>1.150,00</b>	0,00	0,00	0,00
Presidente	510,00			
Vice-Presidente	510,00			
Secretário	130,00			
<b>TOTAL</b>	<b>111.965,75</b>	<b>0,00</b>	<b>152.302,18</b>	<b>0,00</b>



### 33. Informação sobre a Cobertura de Responsabilidades com Pensões de Reforma

As responsabilidades com pensões de reforma, de sobrevivência e encargos com o Serviço de assistência Médico-social (SAMS) encontram-se asseguradas por um fundo de pensões e são calculadas em conformidade com o estabelecido no IAS 19 revista.

A SGF – Sociedade Gestora de Fundo de Penões, SA é a entidade responsável por efetuar as avaliações atuariais ao cálculo das responsabilidades acima referidas e pela gestão do respetivo fundo de pensões. A avaliação atuarial tem por base o método "Projected Credit Unit" e os seguintes pressupostos atuariais e financeiros:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b>Hipóteses Financeiras</b>		
Taxa de Juro Técnica	4,00%	4,00%
Taxa de crescimento salarial	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	1,50%
Taxa de Rendimento do Fundo	4,00%	4,00%
<b>Hipóteses demográficas</b>		
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV73/77
Tábua de invalidez	Tabela SCOR	Tabela SCOR
Idade normal de reforma	66 anos e 2 meses	66 anos
<b>Método de valorização atuarial</b>	Projected Credit Unit Method	

Em 31 de Dezembro de 2013 foram publicados o Decreto-lei nº 167-E/2013 e a Portaria nº 378-G/2013, produzindo efeitos a 1 de Janeiro de 2014, que alteraram a forma de determinação da idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral da Segurança Social, tendo como referência a evolução da esperança média de vida aos 65 anos.

Assim foi fixada para 2014 e 2015 a idade normal de reforma de 66 anos e futuramente a idade normal de reforma varia de acordo com a evolução da esperança média de vida aos 65 anos, verificada entre o 2º e 3º ano anteriores ao ano de início da pensão de velhice, na proporção de dois terços.



As responsabilidades por serviços passados com pensões de reforma e sobrevivência e com o serviço de assistência Médico-Social (SAMS) e respetiva cobertura do Fundo de Pensões a 31 de dezembro de 2015 resume-se como segue:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:		
. Empregados no activo	441.467	448.494
. Reformados e pensionistas	175.634	202.716
. Reformados antecipadamente		
. Cuidados de saúde (SAMS)		-
. Subsídio por morte		
	<u>617.101</u>	<u>651.210</u>
Cobertura das responsabilidades:		
. Valor patrimonial do Fundo, fornecido pela entidade gestora	659.897	654.309
<b>Valor não financiado</b>	<u><b>(42.796)</b></u>	<u><b>(3.099)</b></u>

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2015 e de 2014, relativo ao valor dos ativos do Fundo de Pensões e respetiva flutuação de valores foi o seguinte:

	<u>(3.099)</u>	<u>(1.945)</u>
<b>Flutuação de valores em 1 de Janeiro de 2015</b>		
Custo dos serviços correntes	25.926	23.272
Custo dos Juros	26.473	26.048
Perdas / (Ganhos) actuariais gerados em 2014		
. Desvio entre a realidade e os pressupostos	(71.198)	(12.754)
. Rendimentos do fundo	19.274	1.534
Contribuições da Caixa	(14.000)	(14.000)
. Perdas actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2014		
Rendimento esperado dos ativos	(26.172)	(25.254)
Redução de capitais seguros		
. Aumento das responsabilidades pela alteração da taxa de desconto em 2014		
<b>Flutuação de valores em 31 de Dezembro de 2015</b>	<u><b>(42.796)</b></u>	<u><b>(3.099)</b></u>

Em 31 de Dezembro de 2015, o número de participantes do Fundo tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Empregados no activo	25	24
Reformados por velhice	1	1
Reformados por invalidez	1	1
SAMS	3	3
	<u>30</u>	<u>29</u>

**34. Divulgação Informação Activos Onerados e Não Onerados**

Segue abaixo os quadros referente á informação dos activos onerados e não onerados conforme a Instrução nº 28/2014 do Banco de Portugal.

## Ativos

		Quantia escriturada dos activos onerados	Valor justo dos activos onerados	Quantia escriturada dos activos não onerados	Valor justo dos activos não onerados
		10	40	60	90
10	<b>Ativos da Instituição que presta a informação</b>	-	-	-	-
30	Instrumentos de capital próprio	-	-	-	-
40	Titulos de divida	-	-	1.494.372	1.513.200
120	Outros ativos	-	-	46.176.277	-

## Colateral Recebida

		Valor justo do colateral recebido onerado ou de titulos de devida propria emitidos	Valor justo do colateral recebido ou de titulos de divida propria emitidos e oneráveis
		10	40
130	<b>Colateral recebido pela instituição que presta a informação</b>	-	-
150	Instrumentos de capital próprio	-	-
160	Titulos de divida	-	-
230	Outro colateral recebido	-	-
240	Titulos de divida própria emitidos que não coverd bonds próprias ou ABS	-	-

## Ativos onerados , colateral recebido onerado e passivos associados

		Passivos associados, passivos contingentes e titulos emprestados	Valor justo do colateral recebido ou de titulos de divida propria emitidos e oneráveis
		10	40
10	<b>Quantia escriturada dos passivos financeiros selecionados</b>	-	-

## Informação relativa à importância do ónus sobre ativos

--



### **35. Divulgação da informação prestada na Carta Circular 2/2014/DSP, relativa à mensuração imparidade da carteira de crédito.**

Para cumprimento do disposto na carta circular 02/2014/DSP, do Banco de Portugal, com o objetivo de permitir aos utilizadores da informação um melhor conhecimento do perfil de risco da Instituição, a CCAM da Chamusca divulga informação, qualitativa e quantitativa, sobre os ativos e gestão do risco de crédito.

#### Divulgações qualitativas

##### **a) Política de gestão de risco de crédito (incluindo gestão do risco de concentração)**

As políticas de crédito são definidas pela Administração, comunicadas ao diretor de serviços e implementadas pela unidade de estrutura de Crédito. Este risco é avaliado pela Comissão de Riscos e Segurança, que propõe os procedimentos necessários a adotar para a sua mitigação.

O atendimento de crédito tem determinadas especificações, a fim de angariar os elementos, qualitativos e quantitativos, necessários à análise individual de todas as operações, passando pelas seguintes fases:

- Atendimento do cliente
- Apreciação do cliente
- Elementos para análise do crédito
- Reunião de todos os elementos para constituição do processo de crédito
- Aprovação do crédito
- Arquivo do Processo de Crédito

Após reunida toda a documentação e pareceres das unidades de estrutura de Depósitos, Crédito, Direção de Serviços, todos os pedidos de crédito são transmitidos à Administração, que adota uma postura conservadora, quer no processo de decisão do crédito, quer no seu provisionamento, implicando a mitigação do risco de crédito.

Em termos de garantias exigidas, estas são maiores quanto maior for o risco do cliente, tendo em atenção os limites de risco impostos pela Administração – 10% dos Fundos Próprios.

O crédito é concedido de forma conservadora e rigorosa, sendo da preferência do Conselho de Administração garantias reais, sobretudo hipotecárias.

As garantias aceites pela CCAM Chamusca são, por norma, superiores ao crédito, tendo em consideração o seu grau de liquidez e as características do garante. Procura-se que o garante apresente um nível de risco inferior ao do mutuário original.

No caso de surgir um cliente de financiamento de maior risco, pedimos um reforço de garantia.

Normalmente, para clientes particulares cujas taxas de esforço sejam superiores a 35%, a CCAM Chamusca não concede crédito.



Para a gestão e prevenção do incumprimento de contratos de crédito de clientes particulares, a CCAM da Chamusca inseriu nas Normas Internas os procedimentos a adotar para o Plano de Ação para o Risco de Incumprimento (PARI) e para o Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento (PERSI), conforme os diplomas legais divulgados.

A cada operação de crédito é atribuída uma avaliação tendo por base o MACO (Modelo de Avaliação de Clientes e Operações), com indicação do nível de risco do cliente, tendo em consideração o seu histórico na Instituição e na Central de Responsabilidades do Banco de Portugal, assim como a situação patrimonial e financeira, garantias prestadas e o conhecimento pessoal, possível pela pequena comunidade em que nos inserimos.

A concentração de crédito em vigor fica muito aquém do limite dos grandes riscos (é inferior a 50% dos limites mínimos dos Grandes Riscos). Há, pois, uma atenção permanente à concentração de crédito a mutuários ou a grupos de mutuários interligados.

A CCAM da Chamusca adota determinadas metodologias na gestão do risco de concentração de crédito, as quais podem ser resumidas da seguinte forma:

- i. O Conselho de Administração tem sempre em atenção a concentração de crédito numa mesma contraparte ou em grupos de contrapartes, aquando do processo de concessão de crédito;
- ii. Identificação de fatores comuns entre contrapartes, tendo em atenção estes fatores no processo de decisão de crédito;
- iii. Acompanhamento regular das situações de risco, que podem afetar o grau de concentração de crédito;
- iv. Acompanhamento diário de todas as situações de incumprimento, nomeadamente aquelas que possam agravar a concentração de crédito vencido.

Por limitações legais, nomeadamente pelo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, estamos limitados na concessão de crédito. Assim, concedemos crédito, primordialmente, ao sector agrícola.

Por limitações geográficas, operamos apenas em dois concelhos do distrito de Santarém – Chamusca e Golegã.

Assim, os tipos de risco de concentração mais relevantes na CCAM da Chamusca são as exposições relativas a grupos de contrapartes no mesmo sector económico e na mesma área geográfica, não por política da CCAM da Chamusca, mas por imposições legais.

No que se refere ao risco de concentração por área geográfica e por sector de atividade, estes riscos são controlados pela Administração, mediante as limitações regulamentares a que estamos sujeitos.



## **b) Política de write-off de créditos**

Consideramos política de write-off de créditos o procedimento através do qual é anulado no Balanço o registo de créditos. Este procedimento é efetuado muito pontualmente - apenas quando os créditos já estão totalmente

provisionados, conforme Aviso 3/95, e a CCAM da Chamusca não espera receber qualquer importância. Os créditos abatidos ao ativo estão registados contabilisticamente na conta 991, conforme o plano de contas.

## **c) Política de reversão de imparidade**

O cálculo da imparidade não é objeto de registo contabilístico, sendo o mesmo reportado apenas no âmbito da Instrução nº 5/2013 do Banco de Portugal. Assim, o valor das imparidades poderá variar entre períodos, sendo o respetivo efeito contabilístico considerado no âmbito das disposições aplicáveis previstas no Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal.

Desta forma, a nível contabilístico se a perda por imparidade diminuir e esta diminuição for objetivamente relacionada com algo que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida, conforme parágrafo 65 da IAS 39.

## **d) Política de conversão de dívida em capital do devedor**

Após análise individual, a CCAM da Chamusca pode aceitar a conversão de dívida em capital, desde que haja reforço de colaterais.

## **e) Descrição das medidas de reestruturação aplicadas e respetivos riscos associados, bem como os mecanismos de controlo e monitorização dos mesmos**

A CCAM da Chamusca efetua reestruturações de crédito, a pedido dos mutuários, com liquidação integral dos juros e amortização de parte do capital em dívida, formalizando novo contrato que não constitui novação. Assim, as condições do novo contrato podem abranger o período de carência de capital ou valor residual. Pode ser ainda concedido um crédito autónomo, com vista a suportar o pagamento de prestações de crédito.

O risco mais significativo associado a este tipo de mutuários diz respeito à probabilidade destes voltarem a uma situação de incumprimento das suas obrigações, uma vez que se podem encontrar em situações de dificuldades financeiras.

O controlo deste tipo de crédito é efetivado trimestralmente, pelo reporte prudencial referente à Instrução 22/2011 do Banco de Portugal.



Quanto à monitorização, é da responsabilidade da unidade de estrutura de crédito, através de outputs informáticos.

### **f) Descrição do processo de avaliação e de gestão de colaterais**

A avaliação de colaterais, bem como reavaliação, é efetuada por um técnico avaliador credenciado pela CMVM, independente em relação à CCAM da Chamusca. As avaliações e reavaliações são comunicadas à CCAM da Chamusca através da emissão de relatórios devidamente enquadrados na legislação em vigor. Estes relatórios são analisados e os valores de avaliação e/ou reavaliação são registados informaticamente, de forma a possibilitar a emissão de informação de controlo das datas, bem como dos valores de avaliação, permitindo ainda a comparabilidade entre estes valores e os valores da exposição por mutuário.

As reavaliações são efetuadas por norma de três em três anos, caso se trate de prédios urbanos, e anualmente no caso de prédios comerciais, havendo uma frequente atualização do valor da garantia. Salientamos que os prédios que garantem créditos com imparidade associada, são avaliados, em princípio, num espaço temporal não superior a um ano.

Relativamente aos prédios rústicos, são reavaliados até ao limite máximo de 6 anos.

### **g) Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação da imparidade**

Há lugar a imparidade quando se verificam situações de incumprimento, dificuldades financeiras do devedor, alteração significativa da situação patrimonial do devedor com impacto na capacidade de cumprimento das obrigações assumidas.

O apuramento da imparidade é realizado com base nos dados fornecidos pelo sistema informático, calculada semestralmente, tendo por base duas análises distintas: individual e coletiva. Este cálculo é objeto de controlo pela função compliance.

Os triggers de imparidade definidos pela CCAM da Chamusca são os seguintes:

- Qualidade de rácios económico-financeiros;
- Valor do capital próprio;
- Cheques devolvidos;
- Créditos reestruturados;
- Histórico de prestações em atraso;
- Avaliação da garantia real
- Conhecimento pessoal

Ao nível da imparidade individual, o seu apuramento tem por base a capacidade de reembolso do mutuário, e/ou respetivo garante, bem como os colaterais que foram dados como garantia dos créditos, sendo que neste caso são aplicados os critérios da Carta Circular nº 02/2014/DSP do Banco de Portugal.

Relativamente à imparidade coletiva, no que se refere ao cálculo da LGD, as expetativas de recuperação são calculadas a partir das perdas históricas registadas.



## **h) Descrição das metodologias de cálculo de imparidade, incluindo a forma como os portfólios são segmentados para refletir as diferentes características dos créditos**

A carteira de crédito da CCAM da Chamusca é altamente concentrada, quer a nível geográfico, quer a nível setorial, apresentando os créditos características pouco diferenciadas. Consideramos não ser relevante a segmentação da carteira para efeitos de cálculo de imparidade.

Na CCAM da Chamusca, o cálculo da imparidade adota duas metodologias – a análise individual e a análise coletiva, sendo a imparidade final o resultado da adição de ambas as análises.

São analisados individualmente os mutuários que cumprem os critérios referidos na alínea j).

Para todos os créditos em que é aferida a existência de evidência objetiva de imparidade na análise individual, procede-se subsequentemente à determinação dos montantes recuperáveis (e consequentemente das imparidades de crédito), sendo que o modo de recuperação do crédito será automaticamente considerado através da execução do colateral

Os clientes não incluídos na análise individual, bem como os clientes para os quais não sejam apuradas perdas por imparidade ao nível da análise individual, são incluídos numa análise coletiva.

As expectativas futuras de recuperação após incumprimento aos 90 dias são obtidas através da análise histórica do comportamento até ao período de referência.

Importa descrever, de forma resumida, a metodologia utilizada na determinação dos fatores de risco que determinam o cálculo do cash-flow esperado, ou seja, PD, PI e LGD.

### **1. PI (probabilidade de início de incumprimento)**

A avaliação efetuada visa calcular a probabilidade de operações sem incumprimento passarem a uma situação de início. O cálculo é efetuado tendo por objetivo determinar qual a probabilidade de ocorrer essa migração no período de doze meses (período de emergência).

Corresponde à média anual da frequência das operações com indícios de incumprimento face à totalidade das operações de crédito apuradas mês a mês.



## **2. PD (probabilidade de um crédito com indício entrar em incumprimento)**

Para efeitos do cálculo da PD considera-se em situação de incumprimento todas as operações que apresentem morosidade superior a 90 dias. A avaliação efetuada visa calcular a probabilidade destas operações ultrapassarem os 90 dias em incumprimento, tendo em consideração o período de tempo decorrido desde a ocorrência do incumprimento.

São calculadas curvas diferentes de probabilidades de default, em cada grupo homogéneo de risco, consoante os clientes tenham ou não tido default no passado.

## **3. LGD (perda em caso de incumprimento)**

As expectativas de recuperação são calculadas a partir das perdas históricas registadas.

A perda em caso de incumprimento é calculada num espaço temporal de cinco anos, no último dia de cada semestre.

Estes parâmetros de risco são aplicados ao montante em dívida (capital vencido + vincendo) para cálculo da imparidade coletiva, da seguinte forma:

*Montante em dívida x PI x PD x LGD*

### **i) Indicação dos indícios de imparidade por segmentos de crédito**

A carteira de crédito da CCAM da Chamusca, sobre a qual é calculada imparidade, é considerada num único segmento – carteira de retalho.

Os indícios de imparidade, considerados para efetivar a análise e respetivo cálculo, podem ser resumidos nos seguintes:

- reestruturação;
- renegociação;
- refinanciamento;
- consolidação;
- contratos adicionais;
- contratos em avaliação de PERSI;
- contratos em PERSI;
- incumprimentos reportados na CRC;
- mutuários em PER (Plano Especial de Recuperação);
- Insolvências;
- contratos cujos devedores tenham sido identificados como clientes em dificuldades financeiras, por outros motivos não mencionados anteriormente.



## **j) Indicação dos limiares definidos para análise individual**

São analisados individualmente os mutuários que cumprem os seguintes critérios:

1. Exposição total (vencido + vincendo + garantias prestadas e linhas de crédito irrevogáveis + juros) maior ou igual a 1% do crédito bruto;
2. Créditos vencidos há mais de 90 dias e todos os créditos em processo executório;
3. Exposição inferior a 1% do crédito bruto e com 90 ou menos dias de incumprimento, sendo a dívida total por mutuário de valor igual ou superior a 50.000€, que tenham sofrido uma das seguintes situações:
  - reestruturação;
  - renegociação;
  - refinanciamento;
  - consolidação;
  - contratos adicionais;
  - contratos em avaliação de PERSI;
  - contratos em PERSI;
  - contratos cujos devedores tenham sido identificados como clientes em dificuldades financeiras;
4. Todos os mutuários que tenham sido objeto de imparidade em período anterior, até que se deixem de verificar indícios de imparidade em dois períodos subsequentes (um ano);
5. Maiores mutuários, não analisados nos critérios anteriores, até perfazer pelo menos 65% do total da exposição.

Para todos os créditos em que é aferida a existência de evidência objetiva de imparidade na análise individual, procede-se subsequentemente à determinação dos montantes recuperáveis (e consequentemente das imparidades de crédito).

## **k) Política relativa aos graus de risco internos, especificando o tratamento dado a um mutuário classificado como em incumprimento**

Para avaliar a situação de cada cliente, a CCAM da Chamusca tenta obter informações no sentido de apurar se o incumprimento se deve a uma situação momentânea e de exceção ou se reflete a incapacidade financeira do cliente.

Nomeadamente, no que respeita a mutuários particulares, é aplicado o disposto no Decreto-Lei 227/2012, de 25 de outubro (procedimentos PARI/PERSI), de acordo com o estipulado no Manual de Procedimento da unidade de estrutura de Crédito.



## m) Descrição dos períodos emergentes utilizados para os diferentes segmentos e justificação da sua adequação

Período emergente é aquele em que o crédito sem indícios de imparidade passa a ter indícios. O período emergente definido pelo regulamento interno é de 12 meses.

## n) Descrição detalhada do custo associado ao risco de crédito, incluindo divulgação das PD, EAD, LGD e taxas de cura

	Dez-15			Cálculo de parâmetros de risco	EXPOSIÇÃO	Imparidade colectiva
	PI (média de 12M)	PD (média de 12M)	LGD			
Carteira de crédito	9,37%	18,37%	27,79%	0,48%	16.346.726,61	78.193,04
Habituação	9,37%	18,37%	27,79%	0,48%	3.647.933,26	17.449,55
Consumo	9,37%	18,37%	27,79%	0,48%	258.043,46	1.234,33
OF excepto ENI	9,37%	18,37%	27,79%	0,48%	2.704.517,54	12.936,81
ENI	9,37%	18,37%	27,79%	0,48%	3.768.714,78	18.027,29
Empresas	9,37%	18,37%	27,79%	0,48%	5.859.477,71	28.028,26
Construção e CRE	9,37%	18,37%	27,79%	0,48%	108.040,12	516,80
						<b>78.193,04</b>

## o) Conclusões sobre as análises de sensibilidade do montante de imparidade a alterações nos principais pressupostos

Não executado.



## Divulgações quantitativas:

### a.1) Detalhe das exposições e imparidade constituída:

Segmento	Exposição 31.12.2014				Imparidade 31.12.2014				
	Exposição Total	Crédito em Cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em Incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Habituação	4.034.464,06	3.890.554,48	0,00	29.709,99	143.909,58	0,00	32.118,55	21.193,74	10.924,81
Consumo	226.753,66	226.753,66	0,00	0,00	0,00	0,00	1.629,32	1.629,32	0,00
Outros Fins	2.689.229,65	2.168.179,12	0,00	171.801,66	521.050,53	0,00	353.155,39	106.034,43	247.120,97
ENI	2.905.626,22	2.774.571,60	0,00	750.499,64	131.054,59	124.362,98	177.159,01	145.517,82	31.641,20
Empresas	5.900.068,05	5.308.409,68	0,00	526.863,49	591.658,37	0,00	622.830,60	412.828,08	210.002,50
Construção e CRE	111.083,42	111.083,42	0,00	84.960,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>15.867.225,06</b>	<b>14.479.551,96</b>	<b>0,00</b>	<b>1.563.835,56</b>	<b>1.387.673,07</b>	<b>124.362,98</b>	<b>1.186.892,87</b>	<b>687.203,39</b>	<b>499.689,48</b>

### a.1) Detalhe das exposições e imparidade constituída:

Segmento	Exposição 31.12.2015:				Imparidade 31.12.2015:				
	Exposição Total	Crédito em Cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em Incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Habituação	3.781.729,46	3.673.142,90	0,00	74.238,79	108.586,56	0,00	17.449,55	17.051,48	398,07
Consumo	258.043,46	258.043,46	0,00	0,00	0,00	0,00	1.234,33	1.234,33	0,00
Outros Fins	3.007.352,48	2.541.095,44	0,00	91.271,67	466.257,04	0,00	248.190,81	20.516,25	227.674,56
ENI	4.530.085,29	4.274.851,56	0,00	608.043,90	255.233,73	249.578,84	237.215,29	179.359,25	57.856,05
Empresas	7.240.719,55	6.703.165,57	0,00	422.720,98	537.553,98	0,00	269.917,26	93.696,68	176.220,58
Construção e CRE	108.040,12	108.040,12	0,00	78.797,77	0,00	0,00	516,80	516,80	0,00
<b>Total</b>	<b>18.925.970,36</b>	<b>17.558.339,05</b>	<b>0,00</b>	<b>1.275.073,11</b>	<b>1.367.631,31</b>	<b>249.578,84</b>	<b>774.524,04</b>	<b>312.374,78</b>	<b>462.149,26</b>



a.2)

Segmento	Da Exposição Total 31.12.2014:					Da Imparidade Total 31.12.2014:					
	Exposição Total 31.12.2014	Crédito em cumprimento Dias de Atraso < 30			Crédito em incumprimento		Imparidade Total 31.12.2014	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Sem Indícios	Com Indícios	Sub-total	Dias Atraso >= 90*	Dias atraso > 90 dias		Dias de atraso < 30	Dias de atraso entre 30-90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90 dias
Habituação	4.034.464,06	3.221.676,86	668.877,62	3.890.554,48	0,00	143.909,58	32.118,55	21.193,75	0,00	0,00	10.924,80
Consumo	226.753,66	222.472,29	4.281,37	226.753,66	0,00	0,00	1.629,32	1.629,32	0,00	0,00	0,00
Outros Fins	2.689.229,65	1.862.096,61	306.082,51	2.168.179,12	0,00	521.050,53	353.155,39	104.697,50	1.336,85	0,00	247.120,97
ENI	2.905.626,22	1.347.454,10	1.427.117,50	2.774.571,60	0,00	131.054,62	177.159,01	127.795,41	17.722,41	3,81	31.637,38
Empresas	5.900.068,05	4.152.109,72	1.156.299,96	5.308.409,68	0,00	591.658,37	622.830,60	409.872,84	2.955,25	0,00	210.002,51
Construção e CRE	111.083,42	26.122,64	84.960,78	111.083,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>15.867.225,06</b>	<b>10.831.932,22</b>	<b>3.647.619,74</b>	<b>14.479.551,96</b>	<b>0,00</b>	<b>1.387.673,10</b>	<b>1.186.892,87</b>	<b>665.188,82</b>	<b>22.014,51</b>	<b>3,81</b>	<b>499.685,66</b>

\* Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente a falência, liquidação do devedor, entre outros.

a.2)

Segmento	Da Exposição Total 31.12.2015:					Da Imparidade Total 31.12.2015:					
	Exposição Total 31.12.2015	Crédito em cumprimento Dias de Atraso < 30			Crédito em incumprimento		Imparidade Total 31.12.2015	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Sem Indícios	Com Indícios	Sub-total	Dias Atraso <= 90*	Dias atraso > 90 dias		Dias de atraso < 30	Dias de atraso entre 30-90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90 dias
Habituação	3.781.729,46	2.944.145,61	728.997,29	3.673.142,90	0,00	108.586,56	17.449,55	17.051,48	0,00	0,00	398,07
Consumo	258.043,46	238.365,91	19.677,55	258.043,46	0,00	0,00	1.234,33	1.234,33	0,00	0,00	0,00
Outros Fins	3.007.352,48	2.203.611,85	337.483,59	2.541.095,44	23,58	466.233,46	248.190,81	20.515,50	0,75	0,11	227.674,44
ENI	4.530.085,29	2.555.207,95	1.719.643,61	4.274.851,56	26.950,00	228.283,73	237.215,29	179.359,25	0,00	14.180,00	43.676,05
Empresas	7.240.719,55	3.728.699,63	2.974.465,94	6.703.165,57	35.000,00	502.553,98	269.917,26	93.696,68	0,00	0,00	176.220,58
Construção e CRE	108.040,12	5.000,00	103.040,12	108.040,12	0,00	0,00	516,80	516,80	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>18.925.970,36</b>	<b>11.675.030,95</b>	<b>5.883.308,10</b>	<b>17.558.339,05</b>	<b>61.973,58</b>	<b>1.305.657,73</b>	<b>774.524,04</b>	<b>312.374,04</b>	<b>0,75</b>	<b>14.180,11</b>	<b>447.969,13</b>

\* Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente a falência, liquidação do devedor, entre outros.



# CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DA CHAMUSCA

## b) Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção

Ano Produção	Habitação			Consumo			OF excepto ENI			ENI			Corporate			Construção e CRE		
	Numero operações	Montante	Imparidade constituída	Numero operações	Montante	Imparidade constituída	Numero operações	Montante	Imparidade constituída	Numero operações	Montante	Imparidade constituída	Numero operações	Montante	Imparidade de constitui	Numero operações	Montante	Imparidade constituída
2004 e anteriores	28	790.051,66	3779,14	0	0	0	8	153.720,28	34546,92	2	52.277,70	250,07	4	119.916,30	573,61	0	0,00	0
2005	18	763.862,19	3532,52	0	0	0	3	94.973,17	27176,76	0	0	0	1	27.140,97	129,83	0	0,00	0
2006	8	288.940,35	1382,12	0	0	0	4	56.436,61	1189,37	1	2991,25	14,31	0	0,00	0	1	4625,98	22,13
2007	10	337.102,64	1612,5	0	0	0	11	490.768,82	39077,04	3	73.967,12	353,81	5	258.877,93	106153,7	0	0,00	0
2008	3	182.067,89	870,9	0	0	0	3	18.975,05	2639,38	0	0	0	2	57.337,25	9,35	0	0,00	0
2009	0	0	0	0	0	0	4	177.974,72	108599,45	0	0	0	2	44.066,04	18,81	0	0,00	0
2010	10	291.020,68	1377,86	0	0	0	4	162.337,63	759,43	1	10.899,92	52,14	2	52.992,13	6048,5	0	0,00	0
2011	3	91.029,31	389,43	0	0	0	7	69.636,05	2517	4	61.287,26	293,16	1	87.299,08	404,78	0	0,00	0
2012	10	457.003,66	1654,59	7	23.440,99	112,13	11	142.331,30	17612,13	10	391.861,49	44823,95	7	414.612,95	68820,62	1	68173,82	326,1
2013	8	219.826,40	1053,94	12	56.307,09	269,34	12	429.680,97	8198,77	17	387.326,47	2423,66	23	1.234.321,98	12559,68	2	17740,32	84,86
2014	3	197.265,43	938,83	12	59.487,06	284,55	14	397.060,55	1893,56	22	996.667,04	97197,2	20	821.481,33	10492,86	0	0,00	0
2015	3	163.559,72	857,71	21	118.808,32	568,31	58	813.457,89	3981,2	46	2.552.807,04	91806,41	71	4.122.672,56	64705,89	2	17500,00	83,71
<b>Total</b>	<b>104</b>	<b>3.781.729,93</b>	<b>17449,54</b>	<b>52</b>	<b>258.043,46</b>	<b>1234,33</b>	<b>139</b>	<b>3.007.353,04</b>	<b>248.191,01</b>	<b>106</b>	<b>4.530.085,29</b>	<b>237214,71</b>	<b>138</b>	<b>7.240.718,52</b>	<b>269917,7</b>	<b>6</b>	<b>108.040,12</b>	<b>516,80</b>

( Para efeitos de preenchimento deste quadro, não considerar as datas de reestruturação de operações mas sim as datas de produção das operações originais.)



c) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento, sector, geografia.

c.1) Por Segmento:

31.12.2014	Habitação		Consumo		Outros Fins		ENI		Corporate		Construção e CRE		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
<b>Avaliação</b>														
Individual	269.011,34	19.821,74	4.344,86	1.629,32	291.151,00	239.194,72	666.762,78	177.159,01	1.295.273,70	282.623,12	0,00	0,00	2.526.543,68	720.427,91
Colectiva	3.765.452,72	12.296,81	222.408,80	0,00	2.398.078,65	113.960,67	2.238.863,44	0,00	4.604.794,35	340.207,48	111.083,42	0,00	13.340.681,38	466.464,96
<b>Total</b>	<b>4.034.464,06</b>	<b>32.118,55</b>	<b>226.753,66</b>	<b>1.629,32</b>	<b>2.689.229,65</b>	<b>353.155,39</b>	<b>2.905.626,22</b>	<b>177.159,01</b>	<b>5.900.068,05</b>	<b>622.830,60</b>	<b>111.083,42</b>	<b>0,00</b>	<b>15.867.225,06</b>	<b>1.186.892,87</b>

31.12.2015	Habitação		Consumo		Outros Fins		ENI		Corporate		Construção e CRE		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
<b>Avaliação</b>														
Individual	133.796,20	0,00	0,00	0,00	302.834,94	235.254,00	761.370,51	219.188,00	1.381.241,84	241.889,00	0,00	0,00	2.579.243,49	696.331,00
Colectiva	3.647.933,26	17.449,55	258.043,46	1.234,33	2.704.517,54	12.936,81	3.768.714,78	18.027,29	5.859.477,71	28.028,26	108.040,12	516,80	16.346.726,87	78.193,04
<b>Total</b>	<b>3.781.729,46</b>	<b>17.449,55</b>	<b>258.043,46</b>	<b>1.234,33</b>	<b>3.007.352,48</b>	<b>248.190,81</b>	<b>4.530.085,29</b>	<b>237.215,29</b>	<b>7.240.719,55</b>	<b>269.917,26</b>	<b>108.040,12</b>	<b>516,80</b>	<b>18.925.970,36</b>	<b>774.524,04</b>



# CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DA CHAMUSCA

c) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento, sector, geografia.

c.2) Por Sector de actividade:

31.12.2014	Construção		Agricultura		Comércio		Indústria		Serviços		Atividades associativas		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
<b>Avaliação</b>														
Individual	0,00	0,00	960.838,15	192.091,16	470.854,63	94.469,34	0,00	0,00	27.700,00	27.700,00	0,00	0,00	1.459.392,78	314.260,50
Colectiva	111.083,42	0,00	4.955.404,29	220.286,07	487.637,45	18.630,09	333.950,13	24.672,62	603.316,60	42.395,75	460.075,76	33.990,92	6.951.467,65	339.975,45
<b>Total</b>	<b>111.083,42</b>	<b>0,00</b>	<b>5.916.242,44</b>	<b>412.377,23</b>	<b>958.492,08</b>	<b>113.099,43</b>	<b>333.950,13</b>	<b>24.672,62</b>	<b>631.016,60</b>	<b>70.095,75</b>	<b>460.075,76</b>	<b>33.990,92</b>	<b>8.410.860,43</b>	<b>654.235,95</b>

31.12.2015	Construção		Agricultura		Comércio		Indústria		Serviços		Atividades associativas		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
<b>Avaliação</b>														
Individual	0,00	0,00	1.691.041,99	330.911,00	0,00	0	0	0	451.570,36	130.166,00	0	0	2.142.612,35	461.077,00
Colectiva	119.225,12	570,30	7.335.972,19	35.090,94	521.066,80	2.492,47	0,00	0	1.675.505,86	8.014,63	84.462,64	404,02	9.736.232,61	46.572,36
<b>Total</b>	<b>119.225,12</b>	<b>570,30</b>	<b>9.027.014,18</b>	<b>366.001,94</b>	<b>521.066,80</b>	<b>2.492,47</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.127.076,22</b>	<b>138.180,63</b>	<b>84.462,64</b>	<b>404,02</b>	<b>11.878.844,96</b>	<b>507.649,36</b>



# CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DA CHAMUSCA

c) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento, sector, geografia.

c.3) Por Geografia:

31.12.2014	Portugal		Angola		Moçambique		(...)		Total		
	Avaliação	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual		2.526.543,68	720.427,91	0	0	0	0			2.526.543,68	720.427,91
Colectiva		13.340.681,38	466.464,96	0	0	0	0			13.340.681,38	466.464,96
<b>Total</b>		<b>15.867.225,06</b>	<b>1.186.892,87</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			<b>15.867.225,06</b>	<b>1.186.892,87</b>

31.12.2015	Portugal		Angola		Moçambique		(...)		Total		
	Avaliação	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual		2.579.243,49	696.331,00	0	0	0	0			2.579.243,49	696.331,00
Colectiva		16.346.726,87	78.193,04	0	0	0	0			16.346.726,87	78.193,04
<b>Total</b>		<b>18.925.970,36</b>	<b>774.524,04</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			<b>18.925.970,36</b>	<b>774.524,04</b>

d) Detalhe da carteira de reestruturados por medida de reestruturação aplicada

Medida	2014								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Numero operações	Exposição	Imparidade	Numero operações	Exposição	Imparidade	Numero operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Período de carência	1	236.654,04	0,00	1	112.480,00	5.342,80	2	349.134,04	5.342,80
Redução da taxa de juro	31	1.339.064,50	120.672,66	0	0,00	0,00	31	1.339.064,50	120.672,66
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>1.575.718,54</b>	<b>120.672,66</b>	<b>1</b>	<b>112.480,00</b>	<b>5.342,80</b>	<b>33</b>	<b>1.688.198,54</b>	<b>126.015,46</b>



## d) Detalhe da carteira de reestruturados por medida de reestruturação aplicada

Medida	2015								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Numero operações	Exposição	Imparidade	Numero operações	Exposição	Imparidade	Numero operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Período de carência	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução da taxa de juro	29	1.224.347,58	5.856,55	6	249.578,84	1.193,84	-	1.473.926,42	7.050,39
Valor residual	1	50.725,53	242,64	0	0,00	0,00	1	50.725,53	242,64
<b>Total</b>	30	1.275.073,11	6.099,19	6	249.578,84	1.193,84	1	1.524.651,95	7.293,03

## e) Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado:

	31.12.2014	31.12.2015
<b>Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)</b>		1688198,54
Créditos reestruturados no período	2.222.652,53	268.591,43
Juros corridos da carteira reestruturada	32.496,01	24.040,61
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(566.950,00)	(89.250,72)
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	0,00	(258.849,03)
Outros	0,00	(108.078,88)
<b>Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)</b>	<b>1.688.198,54</b>	<b>1.524.651,95</b>



f) Detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de *Corporate*, *Construção* e *Commercial Real Estate (CRE)* e *Habitação*.

31.12.2014	Empresas				Construção e CRE				Habitação			
	Imóveis		Outros Colaterias Reais *		Imóveis		Outros Colaterias Reais *		Imóveis		Outros Colaterias Reais *	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
< 0,5M€	73	9.183.741,15	4	547.500,00	1	84.400,00	3	13.806,23	94	8.585.478,43	0	0,00
>=0,5M€ e < 1M€												
>=1M€ e < 5M€												
>=5M€ e < 10M€												
>=10M€ e < 20M€												
>=20M€ e < 50M€												
>=50M€												
<b>Total</b>	73	9.183.741	4	547.500	1	84.400	3	13.806	94	8.585.478	0	0

31.12.2015	Empresas				Construção e CRE				Habitação			
	Imóveis		Outros Colaterias Reais *		Imóveis		Outros Colaterias Reais *		Imóveis		Outros Colaterias Reais *	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
< 0,5M€	83	8.156.688	4	349.708	1	105.500	3	13.806	88	8.743.628	0	0
>=0,5M€ e < 1M€	4	3.067.652										
>=1M€ e < 5M€												
>=5M€ e < 10M€												
>=10M€ e < 20M€												
>=20M€ e < 50M€												
>=50M€												
<b>Total</b>	87	11.224.340	4	349.708	1	105.500	3	13.806	88	8.743.628	0	0



**g) Rácio LTV dos segmentos de *Corporate*, *Construção* e *CRE e Habitação*.**

**31.12.2014:**

<b>Segmento/Rácio</b>	<b>Número de imóveis</b>	<b>Crédito em cumprimento</b>	<b>Crédito em incumprimento</b>	<b>Imparidade</b>
<b>Corporate</b>				
Sem colateral associado	n.a.			
<60%	45	1.718.359,08	0,00	120.015,92
>=60% e <80%	14	549.966,72	341.370,17	65.869,80
>=80% e <100%	11	742.578,44	0,00	54.876,55
>=100%	3	90.094,52	142.919,56	88.677,55
<b>Construção e CRE</b>				
Sem colateral associado	n.a.			
<60%	0	0,00	0,00	0,00
>=60% e <80%	0	0,00	0,00	0,00
>=80% e <100%	1	69.749,11	0,00	0,00
>=100%	0	0,00	0,00	0,00
<b>Habitação</b>				
Sem colateral associado	n.a.			
<60%	61	1.680.517,56	67.184,31	5.767,42
>=60% e <80%	13	888.531,39	0,00	2.932,15
>=80% e <100%	14	674.470,49	57.319,82	12.867,78
>=100%	6	285.793,16	0,00	943,12



<b>Segmento/Rácio</b>	<b>31.12.2015</b>			
	<b>Número de imóveis</b>	<b>Crédito em cumprimento</b>	<b>Crédito em incumprimento</b>	<b>Imparidade</b>
<b>Empresas</b>				
Sem colateral associado	n.a.	1.223.707	151.664	116.425
<60%	35	1.839.052	242.970	15.371
>=60% e <80%	21	1.039.152	0	11.270
>=80% e <100%	3	272.481	0	1.303
>=100%	28	2.328.774	142.920	125.549
<b>Construção e CRE</b>				
Sem colateral associado	NA	39.866	0	191
<60%	0	0	0	0
>=60% e <80%	1	68.174	0	326
>=80% e <100%	0	0	0	0
>=100%	0	0	0	0
<b>Habitação</b>				
Sem colateral associado	NA	52.470	16.035	328
<60%	60	1.849.951	92.552	9.170
>=60% e <80%	16	912.558	0	3.846
>=80% e <100%	10	751.524	0	3.595
>=100%	2	106.640	0	510



# CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DA CHAMUSCA

h) Detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação, por tipo de ativo e por antiguidade

Ativo	31.12.2014			Ativo	31.12.2015		
	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico		Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
<b>Terreno</b>				<b>Terreno</b>			
Urbano	0	0	0	Urbano	0	0	0
Rural	0	0	0	Rural	0	0	0
<b>Edifícios em Desenvolvimento</b>				<b>Edifícios em Desenvolvimento</b>			
Comerciais	0	0	0	Comerciais	0	0	0
Habitação	0	0	0	Habitação	0	0	0
Outros	0	0	0	Outros	0	0	0
<b>Edifícios construídos</b>				<b>Edifícios construídos</b>			
Comerciais	0	0	0	Comerciais	0	0	0
Habitação	1	43.800	43.800	Habitação	1	74.300	65.779
Outros	0	0	0	Outros	0	0	0
<b>Outros - Mistos (edifício+terreno)</b>	0	0	0	<b>Outros - Mistos (edifício+terreno)</b>	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>43.800</b>	<b>43.800</b>	<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>74.300</b>	<b>65.779</b>

Tempo decorrido desde a dação / execução	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5anos	>=5anos	Total
<b>Terreno</b>					0
Urbano				212.600	212.600
Rural					0
<b>Edifícios em Desenvolvimento</b>					0
Comerciais					0
Habitação					0
Outros					0
<b>Edifícios construídos</b>					0
Comerciais			72.200	397.848	470.048
Habitação	65.779	43.800	83.000		192.579
Outros					0
<b>Outros - Mistos (edifício+terreno)</b>					0
<b>Total</b>	<b>65.779</b>	<b>43.800</b>	<b>155.200</b>	<b>610.448</b>	<b>875.227</b>



## i) Distribuição da carteira de crédito por graus de risco internos.

31.12.2014	Risco baixo				Risco médio			Risco elevado		
	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1
Habituação	0,00	0,00	170.545,07	880.173,33	914.717,16	866.719,98	547.273,45	36.780,70	0,00	618.254,37
Consumo	0,00	0,00	0,00	33.202,88	49.147,33	67.053,13	35.910,23	40.184,98	0,00	1.255,11
Outros Fins	0,00	0,00	34.319,30	344.140,08	617.144,05	414.242,01	185.041,16	447.430,57	0,00	646.912,48
ENI	0,00	0,00	122.195,93	1.313.647,46	508.842,10	78.363,50	0,00	0,00	0,00	882.577,23
Corporate	0,00	0,00	213.109,45	1.368.311,91	1.837.623,44	1.352.948,71	330.405,39	0,00	24.900,00	772.769,15
Construção e CRE	0,00	0,00	0,00	0,00	108.673,89	2.409,53	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>540.169,75</b>	<b>3.939.475,66</b>	<b>4.036.147,97</b>	<b>2.781.736,86</b>	<b>1.098.630,23</b>	<b>524.396,25</b>	<b>24.900,00</b>	<b>2.921.768,34</b>

31.12.2015	Risco baixo				Risco médio			Risco elevado		
	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1
Habituação	0,00	0,00	142.280,29	686.954,64	800.728,53	621.127,29	810.929,11	205.904,39	76.984,14	436.821,07
Consumo	0,00	0,00	0,00	48.570,91	33.711,65	52.451,55	73.477,55	35.079,68	1.195,50	13.556,62
Outros Fins	0,00	0,00	57.244,32	436.109,28	495.616,71	386.700,23	483.731,44	427.938,01	42.627,31	677.385,18
ENI	0,00	0,00	49.221,18	465.093,80	260.831,43	357.054,89	714.064,33	807.288,64	51.590,42	1.824.940,60
Corporate	0,00	0,00	448.014,46	1.584.540,35	1.094.719,52	310.546,78	909.617,57	1.788.646,80	539.144,82	565.489,25
Construção e CRE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	103.040,12	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>696.760,25</b>	<b>3.221.268,98</b>	<b>2.685.607,84</b>	<b>1.732.880,74</b>	<b>3.094.860,12</b>	<b>3.264.857,52 #</b>	<b>711.542,19</b>	<b>3.518.192,72</b>



**j) Divulgação dos parâmetros de risco associados ao modelo de imparidade por segmento**

<b>31.12.2014</b>	<b>Imparidade</b>		
<b>Segmento</b>	<b>PI (%)</b>	<b>PD (%)</b>	<b>LGD (%)</b>
Habituação	4,33%	43,52%	17,33%
Consumo	3,07%	0,00%	0,00%
Outros Fins	11,75%	43,78%	92,38%
ENI	1,88%	0,00%	0,00%
Corporate	8,89%	86,29%	96,31%
Construção e CRE	2,08%	0,00%	0,00%

<b>31.12.2015</b>	<b>Imparidade</b>		
<b>Segmento</b>	<b>PI (%)</b>	<b>PD (%)</b>	<b>LGD (%)</b>
Carteira de crédito (Único)	9,37%	17,33%	27,79%

Em 31 de Dezembro de 2015, a CCAM da Chamusca passou a considerar um segmento único para o cálculo dos parâmetros de risco do modelo de imparidade, dado não ser considerado relevante (diferenciado) a segmentação da carteira de crédito para efeitos de cálculo de imparidade.

**O Responsável pela Contabilidade**

*Nuno José Faria Lobo  
( CC nr.º 9715 )*

**O Conselho de Administração**

*Vasco Manuel Cid Neves e Castro  
Joaquim José De La Guardia e Gouveia Coutinho  
Carlos Pinto Coelho Amaral Netto  
João Carlos Conceição Silva  
Susana Isabel Luz Gonçalves Costa*



## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal reunido em 10 de Março de 2016 com a missão de entre outras, de emitir Parecer sobre o Relatório, as Contas e a Proposta de Aplicação de Resultados apresentados pelo Conselho de Administração referentes ao Exercício de 2015.

Analisados os documentos acima citados, este Conselho decidiu por unanimidade emitir o seguinte Parecer:

*Este Conselho Fiscal também entende que nas políticas seguidas e a seguir na atual conjuntura, se deve privilegiar a segurança dos capitais que são confiados à Caixa.*

*Mais entendeu que o Relatório e Contas mereceu a aprovação deste Conselho Fiscal, bem como a Proposta de Aplicação de Resultados sugerida pela Administração.*

Chamusca, 10 de Março de 2016

### ***O CONSELHO FISCAL,***

*João Maria Guerra Tomaz  
Eduardo Manuel Jacinto Galvão  
Joaquim Miguel Vasconcelos Melo e Arriaga Tavares*



**CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS 2015**



Tel: +351 217 990 450  
Fax: +351 217 990 429  
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 1.º Dº  
1069-211 Lisboa

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Chamusca, CRL** (adiante também designada por Caixa), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de € 64 998 484 e um total de capital próprio de € 16 574 962, incluindo um resultado líquido de € 61 196), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Caixa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



INTELLIGENCE, BDO, BDO & ASSOCIATES PORTUGAL, Torre de Av. República, 50 - 1.º Dº, 1069-211 Lisboa, Registada no Conservatório do Registo Comercial, Lda, N.º de Registo: 171 141 661, Capital: 20 000 000 €, Sociedade de Responsabilidade Limitada inscrita no OJCC sob o nº 020 26 e no CNA sob o número 1177, a 30/11/2007, em Lisboa, S.º Lda, constituída no Conservatório do Registo Comercial em Portugal. Em 2015, a entidade não foi inscrita no OJCC sob o nº 020 26 e no CNA sob o número 1177, a 30/11/2007, em Lisboa, S.º Lda, constituída no Conservatório do Registo Comercial em Portugal. Em 2015, a entidade não foi inscrita no OJCC sob o nº 020 26 e no CNA sob o número 1177, a 30/11/2007, em Lisboa, S.º Lda, constituída no Conservatório do Registo Comercial em Portugal.



#### Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Chamusca, CRL**, em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) emitidas pelo Banco de Portugal.

#### Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 24 de março de 2016



---

João Guilherme Melo de Oliveira, em representação de  
BDO & Associados - SROC



## **ANEXO 1**

- 1. Declaração do Conselho de Administração Relativa à Política de Remunerações e Relatório com Resultados da Avaliação da Implementação das Políticas de Remunerações**



**DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVA À POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E DEMAIS DIRIGENTES DA CAIXA DE CREDITO AGRÍCOLA MÚTUO DA CHAMUSCA CRL**

O número 4 do artigo 115º- C do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras impõe que o Conselho de Administração submeta anualmente à aprovação da Assembleia Geral a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização.

Por sua vez a Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, prevê que anualmente o órgão de administração das entidades de interesse público, como é o caso da nossa Caixa, submeta à aprovação da assembleia geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos respectivos órgãos de administração e de fiscalização.

Nos termos da lei e dos estatutos, a remuneração dos titulares dos órgãos sociais da Caixa só pode ser deliberada pela assembleia geral, não sendo exequível nem apropriada a existência de uma comissão de remunerações face à pequena dimensão, à natureza cooperativa e à pouca complexidade da actividade da instituição.

Não é aplicável à Caixa o disposto no artigo 7º do Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal, porquanto não reúne nenhum dos critérios do seu nº1.

Assim, a política de remuneração, quanto aos órgãos de administração e fiscalização, é aprovada exclusivamente pela Assembleia Geral, e a dos restantes colaboradores é aprovada exclusivamente pelo Conselho de Administração.

Sem prejuízo do disposto no artigo 14º do Aviso nº 10/2011, cabe exclusivamente à assembleia geral a aprovação e avaliação da política de remuneração dos seus órgãos sociais.

No caso da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Chamusca, CRL, a remuneração dos membros dos órgãos sociais da Caixa, incluindo a dos membros dos seus órgãos de administração e de fiscalização, foi fixada na reunião da Assembleia Geral de 22 de Julho de 2015 a ser observada durante os mandatos seguintes incluindo o mandato em curso de 2015/2017, não se prevendo qualquer indemnização em caso de destituição por justa causa nem benefícios discricionários de pensão.

Face à pequena dimensão, natureza cooperativa e pouca complexidade da instituição, não é exequível nem apropriado que os colaboradores a que se refere o nº 2 do artigo 1º do Aviso nº 10/2011 recebam qualquer remuneração adicional (fixa ou variável) além da que recebem como colaboradores da Caixa.

Nenhum titular dos órgãos de administração e de fiscalização da Caixa recebe remuneração variável.



Quanto ao Revisor Oficial de Contas a sua remuneração é a fixada no contrato de acordo com as práticas de mercado.

Nos termos e para os efeitos do número 1 do artigo 16º do Aviso nº 10/2011, declara-se que:

- a) A política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização é definida pela Assembleia Geral, sem a intervenção de quaisquer consultores externos, cabendo à mesma revê-la periodicamente, pelo menos uma vez por ano, em sede da sua aprovação nos termos do nº 4 do artigo 115º - C do RGICSF.
- b) Não é contemplada a atribuição de qualquer remuneração variável.
- c) Dada a natureza e dimensão da Caixa, a inexistência de remuneração variável, o valor das remunerações pagas aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e o facto de não ser uma sociedade anónima lhe ser impossível pagar qualquer remuneração sobre a forma de acções ou instrumentos financeiros nos termos do nº 3º do artigo 115º – E do RGICSF, não é diferido o pagamento de qualquer parte da remuneração.
- d) A política de remuneração é propícia ao alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração, com os interesses a longo prazo da Caixa e igualmente consentânea com o desincentivo de uma assunção excessiva de riscos, na medida em que preconiza a atribuição de uma remuneração de valor moderado compatível com as tradições e com a natureza específica desta Caixa e das Caixas Agrícolas em geral.
- e) Atenta a natureza cooperativa da Caixa, o desempenho dos titulares dos órgãos de administração e de fiscalização é, em primeira linha, avaliado pelos associados em sede de Assembleia Geral, *maxime* em sede de eleições para os órgãos sociais, não podendo estes manter-se em funções contra a vontade dos associados, reflectindo tal avaliação não só o desempenho económico da Caixa, mas também outros critérios directamente relacionados com a referida natureza cooperativa, incluído a qualidade da relação estabelecida entre a administração e os associados e da informação prestada a estes sobre o andamento dos negócios sociais.

Mais se declara nos termos do nº 2 do artigo 16º do Aviso nº 10/2011:

- a) Uma vez que a remuneração dos administradores não inclui uma componente variável são inaplicáveis as alíneas b), c) d), e) f) g) h) e i) do nº do artigo 16º do Aviso nº 10/2011.
- b) No exercício de 2015 não foram pagas nem se mostram devidas compensações a membros do Conselho de Administração devido à cessação das suas funções.
- c) A Caixa não celebrou com os membros do Conselho de Administração qualquer contrato que lhes confira direito a compensações ou indemnizações em caso de destituição, incluindo pagamentos relacionados com a duração de um período de pré-



aviso ou cláusula de não concorrência, pelo que o direito a tais compensações ou indemnizações se rege exclusivamente pelas normas legais aplicáveis, sendo desnecessários os instrumentos jurídicos a que alude o artigo 10º do Aviso nº 10/2011. Também não vigora na Caixa qualquer regime especial relativo a pagamentos relacionados com a cessação antecipada de funções, pelo que é igualmente inaplicável o nº 11 do artigo 115º-E do RGICSF

- d) A Caixa não se encontra em relação de grupo com qualquer sociedade pelo que os membros do Conselho de Administração não auferiram, nem poderiam auferir, qualquer remuneração paga por sociedades em relação de domínio ou de grupo.
- e) Não vigoram na Caixa quaisquer regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada.
- f) Não existem outros benefícios não pecuniários que possam ser considerados como remuneração.
- g) Os membros do Conselho de Administração não utilizam qualquer seguro de remuneração ou responsabilidade, ou qualquer outro mecanismo de cobertura de risco tendente a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerente às suas modalidades de remuneração.

Chamusca, 08 de Março 2016

O Conselho de Administração



**Relatório com Resultados da Avaliação da Implementação das Políticas de Remuneração praticadas na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Chamusca**

**A. Enquadramento**

A política de remunerações da Caixa Agrícola da Chamusca, segue o disposto na Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, e do Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal, tendo sido aprovada em Assembleia Geral, na data de 22 de Julho de 2015, a Declaração sobre Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização e demais Dirigentes da CCAM da Chamusca.

O presente relatório enquadra-se nas obrigações legais e regulamentares previstas no nº 6 do artigo 115º - C do RGCISF que dita a necessidade de anualmente submeter a política de remunerações a uma análise interna e independente.

O período de referência deste relatório corresponde ao ano de 2015.

A avaliação efectuada pressupõe a avaliação da Política de Remunerações e a sua implementação, em especial sobre o respectivo efeito na gestão do risco de capital e de liquidez da Caixa.

**B. Intervenientes**

Nesse sentido, e em concordância com as disposições legais, e por ausência de uma Comissão de Remunerações, cabe, nos termos do disposto no nº 6 do referido artigo 115º - C do RGCISF, aos membros do Conselho Fiscal da Caixa a análise interna da política de remuneração, tendo como objectivo a verificação do cumprimento das políticas e procedimentos da remuneração adoptados.

**C. Política de Remuneração de Órgão Sociais e demais Dirigentes em vigor no ano de 2015**

A Declaração sobre Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e demais Dirigentes aprovada em Assembleia Geral, para o ano de 2015 consta em anexo.

Foi dada pleno acesso aos documentos estruturantes das Políticas de Remunerações para efeitos da elaboração do presente relatório.



#### **D. Processo de elaboração do Relatório**

O processo de avaliação da Política de Remunerações considerou, numa primeira abordagem, a análise da Declaração sobre Política de Remuneração aprovada em Assembleia Geral, no sentido de identificar se a mesma inclui informação que sustente de forma suficiente e adequada a correspondente proposta, tendo em consideração, designadamente, os objectivos, a estrutura e dimensão da Caixa, a natureza das funções, bem como as práticas do mercado.

No contexto da aplicação da Política de Remunerações foram considerados procedimentos de análise sobre o processo de aprovação, processamento e registo contabilístico das remunerações dos Órgãos Sociais e demais Dirigentes, tendentes ao rigor e cumprimento da respectiva política de remuneração, bem como eventuais desvios e respectiva justificação.

#### **E. Conclusões**

A política de remuneração aprovada e em vigor no período a que se reporta este relatório não é susceptível de induzir distorções ao nível dos diferentes tipos de risco e considera-se adequada à prossecução dos objectivos relacionados com a boa gestão de riscos.

A estrutura de remunerações não incentiva a assunção excessiva e imprudente de riscos e é compatível com os interesses a longo prazo da Caixa, revelando-se consentânea com a gestão segura e prudente.

Não foram identificados elementos na política de remuneração que se revelem prejudiciais para a prossecução de objectivos com a boa gestão de riscos de capital na Caixa da Chamusca.

Não se observam deficiências estruturais e/ou organizacionais que se possam traduzir risco para a Caixa, quer ao nível financeiro, quer no âmbito das normas, legislação e regulamentação em vigor. Face ao exposto, e atendendo ao princípio da proporcionalidade, a Política de Remuneração mostra-se adequada à dimensão, ao âmbito da actividade da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Chamusca, bem como à natureza e aos riscos do negócio da Caixa.

Chamusca, 10 de Março de 2016

O Conselho Fiscal